



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

ATA N.º 60/XIII-4º/2021-25

1 - Aos dezoito dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e quatro, pelas 21H15, no Clube Recreativo do Feijó, sito na Rua do Clube Recreativo do Feijó, n.º 9 na Freguesia de Feijó, realizou-se a primeira reunião da Sessão Ordinária referente ao mês de dezembro da Assembleia Municipal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Período de Intervenção dos Cidadãos;

2 – Período de Antes da Ordem do Dia;

3 – Período da Ordem do Dia:

3.1– Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Proposta de dissolução e liquidação da Associação “Agência Municipal de Energia de Almada” e início de processo de adesão à S-Energia”;

3.2 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Provedor Municipal dos Animais de Almada – Plano Anual de Atividades para 2025”;

3.3 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Tarifário de Resíduos Urbanos e Taxa de Gestão de Resíduos para o ano de 2025”;

3.4 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Fixação da Taxa de Derrama para cobrança em 2025, relativo ao Exercício Económico de 2024”;

3.5 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Taxa Municipal dos Direitos de Passagem para o ano de 2025”;

3.6 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Participação no IRS sobre os rendimentos no ano 2025”;

3.7 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) – 2024 (a cobrar em 2025)”;

3.8 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Plano de Atividades e Orçamento para 2025 da Wemob, E.M., S.A.”;

3.9 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “SMAS – Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal 2025”;

3.10 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Opções do Plano e Orçamento para 2025 e Mapa de Pessoal do Município 2025”;

3.11 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Início do procedimento Concurso Limitado por prévia qualificação para celebração de um contrato de gestão de eficiência energética (ESE)”;

3.12 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Plano de Emergência Externo (PEE) da Oz Energia”;

3.13 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Roteiro para a Ação Circular 2030”;

3.14 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Delegação de competências do Município de Almada para a União de Freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda. Aprovação da minuta de adenda ao contrato interadministrativo”;

3.15 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Delegação de competências do Município de Almada para a Junta de Freguesia da Costa da Caparica. Aprovação da minuta de adenda ao contrato interadministrativo”;

3.16 - Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Municipal acerca da Atividade Municipal;



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

3.17 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Constituição da comunidade intermunicipal de Setúbal. Aprovação da sua constituição respetivo contrato e estatutos”.

2 – Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente Ivan Gonçalves, pelo 1.º Secretário em substituição Paulo Viegas e a pela 2.ª Secretária Ana Paula Silva.

3 – Fez-se a chamada dos/as Senhores/as Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

José Joaquim Machado Courinha Leitão (PS); João Luís Serranho Frazão Cuvaneiro (PS); Ana Margarida Machado da Silva Lourenço (PS); Daniel Alexandre Teixeira da Silva (PS); Ivan da Costa Gonçalves (PS); Ana Paula Alves da Silva (PS); Sérgio Cantante Faria de Bastos (PS); Henrique Alexandre Margarido de Almeida (PS); Paulo Filipe Pereira Viegas (PS); Marta Ferreira Cortez dos Santos (PS); Pedro Miguel Dias Rodrigues Pereira (PS); Olga Natália Maia Mariano (PS); Maria Rita Pereira Peixoto de Magalhães (CDU); Joaquim Estevão Miguel Judas (CDU); João Eduardo Alves de Moura Geraldês (CDU); Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho (CDU); Vasco Ramiro Rodrigues Gonçalves (CDU); Sónia Tchissole Pires da Silva (CDU); Luís Daniel Valverde Jacinto (CDU); Beatriz Leal da Silva Brandão Ferreira (PSD); Luís Amado Durão (PSD); José António Espírito Santo Rocha (BE); Inês Pezarat Correia Bom (BE); Pedro Miguel Celestino Pereira (BS); Nuno Alexandre Oliveira Mendes (CHEGA); Rafael Fernando Aranha Domingues dos Santos (CHEGA); Margarida Ramires Paulos (PAN); António Pedro Rodrigues do Livramento Maco (CDS-PP); José Ricardo Dias Martins (PS); Luís Filipe Almeida Palma (CDU).

4 – Nos termos e para os efeitos do n.º 3, do artigo 42.º, do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:

4.1 – O Senhor Presidente procedeu ao anúncio das comunicações dos/as Senhores/as Deputados/as) Ivo Filipe Esteves de Almeida (PS); Bruno Ramos Dias (CDU), José Alberto Azevedo Lourenço (CDU), Maria Amélia de Jesus Pardal (CDU); António Francisco Salgueiro (PSD), manifestando a impossibilidade de estarem presentes e solicitando a sua substituição.

4.1.1 – Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse os/as eleitos/ José António Lino Craveiro (PS) por impedimento de Pedro Manuel Branca Lêdo (PS), Luísa Maria Freire Galvão (PS) e Catarina Isabel Garcia Paulino (PS); António Paulo Júnior (CDU), Andreia Sofia Egas (CDU), António José Olaio da Silva (CDU) por impedimento de António Abrantes de Almeida, José Manuel Raposo Gonçalves (CDU), Eva Sofia Borges de Araújo Gomes (CDU) e António Manuel Cardoso Pombeiro (CDU); Paulo Alexandre Ribeiro Sabino (PSD) por impedimento de Sónia Raquel Mota Faria (PSD).

4.1.2 – A Senhora Presidente da Junta da União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, Maria de Assis Beiramar Lopes de Almeida (PS) solicitou a sua substituição pelo eleito Senhor Paulo Ricardo Figueiredo (PS), a Senhora Presidente da Junta da União de Freguesias de Caparica Trafaria, Sandra Cristina Pereira Mascarenhas Vieira Chaiça (PS) solicitou a sua substituição pelo eleito João Eixa (PS), o Senhor Presidente da Junta da União de Freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda, Pedro Miguel de Amorim Matias (PS) solicitou a sua substituição pelo eleito João António Franco Rocha (PS).

4.1.3 – Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, não se registaram faltas.

4.2 – O Senhor Presidente comunicou ainda à Assembleia Municipal que não se registaram faltas na Vereação.

4.5 – Relativamente aos Requerimentos dos Senhores/as Deputados/as Municipais dirigidos à Câmara Municipal, o Senhor Presidente informou que:

4.3.1 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldês (CDU) sobre “Encerramento Parcial da Escola Secundária Anselmo de Andrade”, enviado para a Câmara Municipal em 08/03/2024, foi respondido em 22/11/2024;

4.3.2 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Luís Pedro Durão (PSD) sobre “Pedido de informação e documentação sobre o pavilhão desportivo do Ginásio Clube do Sul”, enviado para a Câmara Municipal em 25/10/2024, ainda não foi respondido;



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

4.3.3 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Francisco Salgueiro (PSD) sobre “Esclarecimentos sobre viagens, ajudas de custo e outras despesas nos SMAS – Mandato 2017-2021”, enviado para a Câmara Municipal em 04/11/2024, foi respondido em 18/12/2024;

4.3.4 – O requerimento apresentado pela Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN) sobre “Implementação do Programa Cheque Veterinário”, enviado para a Câmara Municipal em 04/09/2024, foi respondido em 22/11/2024;

4.4 – Referiu ainda o Senhor Presidente a distribuição dos registos de expediente da Assembleia Municipal aos/às Senhores/as Deputados/as Municipais.

4.5 – Foram distribuídas atempadamente as Atas n.º 56/XIII-3.º, 57/XIII-3.º e 58/XIII-4.º e colocadas à votação, tendo sido aprovadas por unanimidade, e ratificadas as respetivas Minutas, nos termos do n.º 2 e 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo.

4.5.1 – Foi aprovada por unanimidade a Errata da Ata Avulsa da Instalação da Câmara Municipal de Almada.

5 – Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

5.1 – Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal para informação aos Senhores/as Múncipes
“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais

Senhores Múncipes;

As intervenções serão gravadas e transmitidas no canal de Youtube da Câmara Municipal de Almada, pelo que é importante que os Senhores Múncipes e toda a Assembleia o saibam, gravação essa que se estende a todas as respostas que se seguirão.

5.2 – Usaram da palavra os/as Senhores/as Múncipes Marco Henrique Almeida, José Bernardo, João Jardim, Maria Antonieta Sebastião, Aurora Marques de Almeida, Magda Frade e Daniel Figueiredo.

5.2.1 – O Senhor Múncipe Marco Henrique Almeida:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Como Presidente do Clube Recreativo do Feijó, queria agradecer a Assembleia Municipal pela realização desta Sessão no Clube, aceitamos com todo o agrado, porque é também uma oportunidade de os eleitos conhecerem a realidade do nosso Clube e do Movimento Associativo, que tanto carece de apoio. Aqui não chove, mas situação nas salas ao lado é bastante diferente e para não falar da questão do amianto que temos por cima de nós.

Agora, como múnice, vou falar das questões que me assombram no dia a dia, mais especificamente as questões de segurança rodoviária, iluminação e também a questão do lixo.

Quando olhamos para o Feijó, reparamos que é praticamente inexistente o mecanismo de redução de velocidade. Na realidade é bocado mentira porque se formos à Rua da Alembrança, à frente do triângulo, reparamos que há um sinal de uma lombagem que foi colocado há cerca de dois anos, mas lombagem nunca lá existiu. Esta Rua não é a única, a rua do Clube Recreativo do Feijó já foi requerida pelo próprio Clube algumas vezes colocação de uma lombagem, já aqui houve atropelamentos e nunca foi requisitado esse pedido para inserir um mecanismo de redução de velocidade.

Ruas como a Estrada da Algazarra, perto da Romeu Correia, Alembrança, EB 1, também a Rua Dr. António Elvas, que necessitam de meios que promovam segurança, entre outras ruas que infelizmente os cinco minutos não me deixam elencar.

Em relação à iluminação noturna, cada vez a situação está mais precária, por exemplo, basta olhar aqui para o lado, temos um parque infantil que não tem iluminação nenhuma, e uma vez que informamos o próprio Vereador Filipe Pacheco numa reunião, ele disse que o problema era da rede, e que à hora que escurece também não muitas crianças para brincarem, o que muitas das vezes não se comprova.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

O problema estende a toda a Freguesia, basta olhar para questão da variante Nacional 10 que não tem iluminação e também carece de um mecanismo de redução de velocidade, porque além de ser escuro há bastantes atropelamentos naquela rua, e também por exemplo, frente à Rua da Alembança não há qualquer iluminação até perto da própria Junta de Freguesia.

Outro problema que assola também o Feijó, é a ausência de limpeza, cada vez as ruas estão mais sujas. Talvez seja urgente uma aposta da Câmara Municipal em mais investimento e contratação de recursos humanos para resolver este problema.”

5.2.2 – O Senhor Município José Bernardo:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

É com enorme honra que participo nesta Assembleia Municipal, reunida na minha terra Laranjeiro Feijó, para fazer o reconhecimento público do esforço, da dedicação e dos notáveis resultados alcançados pelo executivo municipal, sob a liderança da Senhora Presidente Inês de Medeiros.

Desde 2017, Almada tem trilhado um caminho de transformação que merece a nossa mais profunda admiração e elogio.

Este executivo enfrentou grandes desafios com uma pandemia de COVID 19 e instabilidade política resultante da mudança de Governos no panorama nacional.

Apesar disso, não apenas superou essas dificuldades como soube transformar cada adversidade em uma oportunidade para construir um Concelho mais coeso, resiliente e preparado para o futuro.

A diversidade e profundidade do trabalho realizado, são impressionantes. A infraestruturas destacamos a requalificação de estradas fundamentais como a Estrada Nacional 377 e a Avenida do Mar, entre muitas outras. Que simboliza o compromisso inequívoco com a melhoria da mobilidade e da qualidade de vida da população.

Por outro lado, a modernização do parque escolar e a construção de novas escolas, demonstram um investimento sólido e de longo prazo nas futuras gerações. Algo que define o caráter visionário deste executivo.

Não podia deixar de sublinhar o excelente trabalho realizado diariamente pela proteção Civil. Esta equipa, com profissionalismo e dedicação, tem sido um pilar essencial na salvaguarda das vidas humanas, proteção de bens e preservação do meio ambiente.

A sua capacidade de resposta rápida em emergências, a coordenação eficiente entre entidades e a mobilização de recursos em situações críticas, traduzem um compromisso exemplar na redução de riscos e na proteção da nossa comunidade.

Nesta área, importa ainda referir, os apoios dados às Corporações de Bombeiros que vão permitir a aquisição de novos meios.

No domínio da habitação, o executivo respondeu com coragem e visão, a uma das maiores crises do nosso tempo, a construção de centenas de fogos para arrendamento acessível, a recuperação de casas nos antigos bairros e o combate às condições precárias de habitação, são exemplos concretos de uma política que coloca as pessoas no centro das prioridades.

Almada também se destaca como referência em sustentabilidade ambiental. Projetos como a recarga artificial de areia nas praias da Costa da Caparica, a futura expansão do metro até à Costa e Trafaria, a criação do Agroparque e do Provedor do Animal, refletem uma visão estratégica que equilibra desenvolvimento urbano, com respeito pelo meio ambiente e pelos direitos dos animais.

No campo cultural, Almada continua a afirmar-se como um polo dinâmico, inclusivo, inovador, oferecendo um calendário vibrante de eventos culturais, que une tradição e modernidade, fomentado um sentido de comunidade e identidade. A cultura é uma força de coesão social que aproxima comunidades e aqui em Almada, ela floresce de forma exemplar, como um pilar de democracia e identidade local.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Por fim, é essencial enaltecer a visão estratégica demonstrada pelo executivo na articulação com o Governo Central e outras entidades envolvidas. Projetos estruturantes como a regeneração da Margueira e a expansão do transporte público, são provas de uma liderança que pensa além do presente, assegurando que Almada cresça de forma inclusiva e sustentável.

Este progresso não é apenas fruto de políticas ou projetos, mas também de uma liderança forte que escuta, age e inspira.

A Presidente Inês de Medeiros, tem demonstrado um compromisso profundo com os valores da pluralidade, da tolerância e da inclusão, garantindo que ninguém fique para trás no caminho do progresso.

Assim, deixo aqui o meu reconhecimento a este trabalho exemplar, a minha confiança de que Almada continuará a crescer com o mesmo espírito de inovação, coragem e humanidade a que temos testemunhado.

Parabéns a todo o executivo da Câmara Municipal de Almada.”

5.2.3 – O Senhor Município João Jardim:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Sou Presidente da Associação de Moradores do Bairro Social das Forças Armadas Alfeite, um Bairro que existe desde 1960, mas que para o executivo da Câmara Municipal de Almada, tenho a sensação que moro lá há 10 anos, que nunca existiu ou existe muito pouco.

Passo a explicar porquê.

O Bairro Social das Forças Armadas está situado no Laranjeiro, está no perímetro da Base Naval de Lisboa, mas é servido a um militar. Dentro desse perímetro militar, encontra-se uma escola pública que é a EB1, a Câmara Municipal de Almada, os que usam a escola têm que usar o acesso do Bairro Social das Forças Armadas Alfeite.

São moradores, são municípios como os outros, não têm que mendigar para ser feita a limpeza no seu Bairro, pagam os seus impostos como todos os outros. A Câmara Municipal só tem mais valias naquele Bairro, inclusive os esgotos, quem trata dos esgotos daquele Bairro é a Marinha Portuguesa.

Tive uma reunião com o Senhor Diretor Municipal Mário Avila, expliquei, inclusive disse que ajudaria a fazer a ponte para se resolver o problema ilegal que existe naquele Bairro que é a escola está construída de forma ilegal e toda a gente sabe disto e toda a gente assobia para o lado, sei bem que foi do anterior executivo, mas a gente quando herda, herda o bem e herda o mau.

Tem que se resolver o problema, não assobiem para o lado, há uma solução, é fazer um comodato com a Marinha Portuguesa, tem usufruto por 50 anos e fazem melhoramentos. E nós só pedimos como moeda de troca pareceria, só queremos que não sejamos esquecidos, que façam as manutenções do arruamento, porque os utilizadores da escola, que nós muito recebemos bem, no nosso Bairro, mas que 90% não são moradores do Bairro, isso não nos faz qualquer tipo de confusão, somos militares, servimos o país, a Câmara Municipal tem no mínimo que nos tratar como municípios iguais.

Nós fizemos a reunião, apresentamos propostas, verdade seja dita aqui também, tem que ser feita justiça, o Diretor das Obras e Infraestruturas, depois de se ter falado com ele, deslocou-se ao local e conseguimos fazer umas medidas ao caminho de tráfego na entrada do Bairro, que nem havia entrada pedonal, mas eu expliquei que é um problema jurídico também, dentro do Bairro, uma vez que é servido ao militar em termos rodoviários. Se houver um acidente com crianças ou sem crianças, como é que é as responsabilidades. O IASFA – Instituto de Ação Social das Forças Armadas, que também estamos abandonados por eles, por isso é que foi criada a Associação de Moradores, com muito trabalho, e muita dedicação, para fazer frente, nós queremos ser uma mais valia e não uma menos valia, mas não nos queiram como menos valia, porque se a escola está lá, ou começam a olhar para o Bairro das Forças Armadas como existente e ser enquadrante do Bairro, ou então se não somos do Bairro, para limpar dizem-nos que é um favor que nos fazem, mas a escola que está lá dentro não foi um favor que fizeram. Os pais e as crianças que vão para a escola, não têm culpa deste problema jurídico, e



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

mais, que eu saiba nenhum deles vai a voar ou se teletransporta para ir para a escola. Usa tanto a parte rodoviária como pedonal.

No mínimo, as crianças têm que ter os passeios limpos para irem para a escola, têm que ter segurança para irem para a escola, e têm que ter iluminação para irem para a escola. Porque aquela entrada parece Auschwitz da parte de baixo e peço desculpa põe termo, a parte de baixo onde entram pelo rato, fizeram lá um buraco, a Câmara Municipal atamancou, o anterior executivo pôs lá 5 ou 6 postos de iluminação que as crianças foram dar uma volta enorme porque o Bairro só tem uma entrada e uma saída, pôs lá os postos e aí já não era do domínio militar. O que nós propomos à Câmara Municipal, nós fazemos a ponte, o Presidente do IASFA já falamos com o novo Presidente do IASFA, fazemos uma reunião, o IASFA, a Câmara Municipal, com a Associação e com os Chefes da Armada, seja ele o atual Gouveia e Melo ou seja o que for empossado a seguir, para se fazer o comodato e se legalizar a escola de uma vez por todas, a escola ser aumentada, dar uma condição condigna às crianças da escola e aos seus moradores.

O que nós pedimos é que seja feita manutenção dos arruamentos, e que seja feita pelo menos a limpeza. Porque nós somos munícipes como os outros. E faço já aqui o convite pela Associação das Forças Armadas do Alfeite, do Bairro, para conhecer o potencial que o Bairro tem e que nós podemos também ajudar a Câmara Municipal.

Não queremos ser tratados de maneira diferente por sermos militares, queremos ser tratados com dignidade, e as crianças que lá estão e temos uma faixa etária muito alta, temos muitos idosos.”

5.2.4 – A Senhora Múncipe Maria Antonieta Sebastião:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu quero trazer as minhas preocupações à Senhora Presidente porque moro no Feijó há 59 anos, na Rua Vale do Torrão e são essas preocupações que me trazem aqui a apresentar à Senhora Presidente.

Existem dois terrenos que estão no fim da mesma rua, que mais não têm que é ervas, têm muito lixo e muitas ratazanas. Ratazanas essas, que já procuram entrar em casa das pessoas, é muito preocupante porque os ratos transmitem muitas doenças. Há crianças e há idosos, há mais idosos do que crianças, mas nós também precisamos de ser respeitados nessas condições.

Também na mesma rua, existe uma piscina quando chove. Portanto, as crianças que passam ali para irem para a escola, levam um banho logo de manhã, e vão enxugar esse banho à escola, porque já não têm tempo de voltar a casa para mudarem de roupa. Isto é muito complicado, porque há automobilistas que por maldade às vezes até aceleram para molhar as crianças e também os idosos. Eu moro ali, passo ali, nem tenho possibilidades de passar naquele passeio, tenho que ir dar a volta por outro lado, para poder seguir o meu caminho.

Acho que isto é muito complicado haver estas condições, porque também com uma grelha na rua Vale do Torrão, atravessada de um lado ao outro, vai se resolver aquele problema, a água vai escoar para as sarjetas. Agora não pode escoar porque não há maneira de ela chegar às sarjetas. Com pouca coisa se faz isto.

Também não há abrigo para as crianças que saem da Escola da Alembança, nem todas moram no Feijó, também moram noutros lados, e ali apanham o autocarro ao sair da escola. Apanham ali as molhas quando está a chover porque não têm um abrigo onde se abrigar. E pedia intransigentemente, que houvesse ali abrigos para as crianças se abrigarem, as crianças e outras pessoas que ali moram e que vão para outros lados, que trabalham ali também na escola. É muito importante haver ali uns abrigos.

A limpeza. A limpeza no Feijó é uma coisa gritante. As folhas das árvores têm feito em todas as ruas montes, e quando a gente passa nalguns casos, até escorregamos porque as folhas fazem escorregar e eu já vi uma senhora cair por causa dessa situação. Isto é complicado. Pedia à Senhora Presidente da Câmara Municipal, que tomasse em linha de conta todos estes problemas para que fossem resolvidos porque há idosos que estão a ser muito mal posicionados ali com tanta coisa que está mal, e isto é bom lembrar.

Também não há as passadeiras. As passadeiras não existem no Feijó, em todo o Feijó. Os automobilistas queixam-se que não veem as pessoas e isso com certeza que é verdade, porque há 15 dias atrás, houve uma



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

senhora que foi atropelada ao pé do Café Triângulo, por um senhor com uma camionete da caixa aberta, que diz que não viu a senhora porque não estava o chão marcado e a senhora partiu uma perna, quem é que pagou essas despesas todas à senhora? As preocupações, ir ao hospital, andar doente, não poder fazer a sua vida, isto é muito complicado. Com a idade que tenho, moro aqui no Feijó há 59 anos, eu sinto-me na obrigação de transmitir à Senhora Presidente estas situações para que elas fossem mais reconhecidas.”

5.2.5 – A Senhora Múncipe Aurora Marques Almeida:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A Comissão de Utentes da Saúde do Concelho de Almada, sendo esta Assembleia no Feijó, não podia deixar de referir a luta justa e afincada, aqui desenvolvida ao longo dos anos, em prole da construção do Centro de Saúde do Feijó, e que a população por direito e necessidade precisa.

A Freguesia do Feijó, regista um crescimento populacional exponencial na localidade de Vale Flores e por outro lado, existe uma grande franja, sobretudo no Feijó envelhecida, o que se traduz em dificuldades acrescidas na deslocação até ao Centro de Saúde de Santo António no Laranjeiro.

Acresce a sobrelotação desta Unidade dar resposta atualmente às duas Freguesias.

Este tem sido um caminho árduo, que se iniciou há mais de uma década, com a cedência de terreno por parte da Câmara Municipal, para sua construção.

Em 2017, foi criada uma plataforma pela construção do Centro de Saúde, que integrava os eleitos da Junta da União de Freguesias do Laranjeiro Feijó, Movimento de Utentes dos Serviços Públicos, Movimento Associativo, Instituições Locais e população. Esta petição que exigia ao Governo a construção do Centro de Saúde, recolheu 4278 assinaturas e deu entrada no Parlamento em julho de 2019. Nesta sequência, em junho de 2020, foi aprovado pela Assembleia da República, o projeto de resolução para a construção do Centro de Saúde no Feijó, com a abstenção do PS e votos favoráveis dos restantes grupos parlamentares.

Em fevereiro de 2024, nesta sala, foi realizada pela CUSCA – Comissão de Utentes da Saúde do Concelho de Almada, uma reunião pública, amplamente participada pela população e onde além do reforço do SNS, foi elencada a urgência da construção do Centro de Saúde.

Sendo a competência para a sua concretização da Câmara Municipal de Almada, no âmbito do quadro de descentralização de competências, e considerando a informação prestada pela Direção Municipal de Obras, Mobilidade, Infraestruturas à Comissão de Utentes, por email datado de 2 de setembro de 2024, que prevê a consignação da empreitada em fevereiro de 2025, com prazo de execução de 2 anos, portanto, 2027.

E ainda o anúncio do executivo sobre o lançamento do projeto de execução em sede de reunião de Câmara, não podemos deixar de recomendar em prole da defesa intransigente do direito à saúde, se acautelem o cumprimento dos prazos para que não aconteça o mesmo que na Escola Rosa Colaço, aqui no Feijó, que demorou 7 anos para reabrir.”

5.2.6 – A Senhora Múncipe Magda Frade:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu trago aqui algumas coisas que já foram faladas. Eu venho falar principalmente nas paragens dos autocarros. Eu que ando de autocarro, ao pé da minha casa e nas ruas à volta, não há uma paragem. Agora, com o mau tempo temos que estar à chuva, ao frio, e acho que não são condições, à porta de uma escola, da Maria Rosa Colaço, não há condições para as crianças quando saem estarem à chuva à espera do autocarro.

Também me preocupa um bocadinho, porque deixou de haver multibancos no Feijó, não sei de quem é a competência, mas há muito poucos multibancos. Os meus pais são pessoas de idade, não se podem deslocar sozinhos porque não têm nada perto, têm o da BP no Feijó, têm aqui o dos Ribeirinhos que fecha à noite porque tem as grades, têm o do Lidl que é muito perigoso lá ir porque há imensos assaltos, e há um na Estrada da Alembança. Acho que não é o suficiente para a população que temos.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

A limpeza do Feijo, que já se falou aqui, está muito má, ao pé da minha casa, à volta dos caixotes do lixo, nem sempre vão fazer a recolha do lixo à volta, acumula-se e quando fazem a limpeza de varrer as ruas também não está a ser muito correta.”

5.2.7 – O Senhor Município Daniel Figueiredo:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Hoje gostaria de tomar a palavra para enaltecer o trabalho notável na área da habitação desenvolvida pelo executivo da Câmara Municipal de Almada, liderado pela Senhora Presidente Inês de Medeiros.

A habitação não é apenas uma questão de infraestruturas ou de urbanismo. É um direito fundamental e a base sobre a qual se constrói a dignidade de uma comunidade.

Reconhecer isso é agir para assegurar condições de vida digna para todos os cidadãos, é um sinal claro de um compromisso com a justiça social e com o futuro de Almada.

Neste sentido, e com uma grande satisfação, que destaco a intervenção transformadora nos antigos bairros habitacionais do nosso Município. A recuperação das habitações devolveu apenas a funcionalidade da segurança das infraestruturas, mas também a esperança e a autoestima das famílias que ali vivem.

Essas intervenções não são apenas melhorias físicas, mas sim vivências concretas de uma política que coloca as pessoas no centro. São ações que reconhecem, quem viver em condições dignas não é um privilégio, mas sim um direito.

A requalificação dos edifícios da renovação das infraestruturas e dos cuidados com o espaço público nestes bairros, mostram uma integração sustentável para habitação em Almada.

Não poderia deixar de salientar o papel fundamental do Vereador José Pedro, responsável pelas obras, que com o seu empenho e dedicação, garantiu que cada intervenção fosse concretizada com qualidade, rigor e atenção às necessidades da população. O trabalho do Vereador José Pedro, é um exemplo de como uma gestão responsável e próxima, pode transformar desafios em oportunidades de melhorias significativas para as comunidades.

Igualmente, não posso deixar de destacar a contribuição da Vereadora Francisca Parreira, responsável pela Proteção Civil em Almada. O seu trabalho tem sido determinante em situações críticas como o combate recente a um incêndio de um prédio de um dos bairros, recuperado, onde a rápida intervenção coordenada permitiu minorar os danos e garantir a segurança dos moradores. Além disso, a resposta célere da Senhora Vereadora e da sua equipa, na remoção de árvores caídas durante as intempéries do passado ano, é um exemplo claro do seu compromisso e assegurar o bem-estar e proteção de todos os almadenses.

Sabemos que a gestão da habitação social exige coragem, determinação e profundo sentido de responsabilidade.

A liderança da Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros, tem sido mostrado que é possível devolver aos bairros uma nova vida e um renovado sentido de pertença. O trabalho de toda a sua equipa incluindo o Senhor Vereador José Pedro, a Vereadora Francisca Parreira e o Vereador Filipe Pacheco, é a prova viva desse compromisso.

Os resultados estão à vista. Uma melhoria concreta na qualidade de vida de muitos almadenses, a revitalização de áreas que até enfrentam desafios significativos e reforço do tecido social comunitário, esse trabalho é uma prova clara do que Almada não só olha para o futuro, mas também cuida do seu presente. Com o olhar atento aqueles que mais precisam.

Por isso, Senhora Presidente e toda a sua equipa do executivo camarário, deixo aqui em nome dos almadenses que represento, um profundo agradecimento pelo empenho e dedicação demonstrada nesta área essencial.

Que este trabalho sirva de inspiração e continue a ser a prioridade do desenvolvimento aos municípios.”



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

5.3 - Em resposta aos Senhores Múncipes, prestando esclarecimentos e informações, usaram da palavra o Senhor Deputado Municipal e Presidente da União de Freguesias de Laranjeiro e Feijó Luís Filipe Palma (CDU), Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA), a Senhora Vereador Maria Teodolinda Silveira, e ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

5.3.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu vou tentar ser sucinta até para poder deixar a palavra aos Senhores Vereadores, para resposta a algumas questões que aqui foram colocadas, e que poderão responder mais concretamente, seja na questão da limpeza urbana, seja em relação à iluminação pública, seja inclusivamente em relação ao novo contrato, novo concurso que estamos a lançar. Tivemos que deitar abaixo uma primeira versão, estamos a relançar, para as paragens dos autocarros.

Sobre essa matéria quer dar nota que é um concurso muito complexo, muito grande, muito pesado, muito anos, houve um primeiro lançamento como os Senhores Deputados certamente sabem, houve contestações como há sempre, são concursos onde há uma conflitualidade quase tradicional, nós estamos a fazer todo o esforço para que pudesse ser resolvido e não acontecesse como aconteceu noutros Municípios, onde as coisas ficaram paradas décadas como foi o caso em Lisboa, em Tribunal. Já estamos a finalizar a nova versão tentando ao máximo evitar toda a possibilidade de conflitualidade, mas, já estávamos à espera que isto fosse um concurso difícil.

As minhas primeiras palavras naturalmente, vão para o Clube Recreativo do Feijó, agradecer por nos estarem a receber aqui, agradecer a gentileza como o fazem, e dizer que tomamos boa nota daquilo que foi dito relativamente às instalações e penso que, aqui o Senhor Vereador Filipe Pacheco também conhece bem a situação e muitos dos que aqui estão conhecem bem a situação.

Relativamente à questão da limpeza, com sabem nós temos reforçado muito o sistema de limpeza, mas o problema da limpeza exige uma grande articulação. A Câmara Municipal tem a obrigação de recolher uma parte dos resíduos, dos indiferenciados, a AMARSUL tem a obrigação de recolher outra parte dos resíduos e as próprias Juntas têm a obrigação de recolher ainda outra parte e neste caso dos monos e dos entulhos que também muitas vezes se acumulam e de facto, têm se acumulado muito.

A questão também da limpeza, ainda agora nós reforçamos com os contratos que fizemos com as Juntas de Freguesia, reforçamos a verba para cada uma das Juntas para quando recolhem os monos poderem também fazer a limpeza das envolventes, cerca de 80.000.00€ (oitenta mil euros) para cada uma das Juntas, para poderem reforçar esse serviço, porque sabemos que muitas vezes recolhe-se uma grande parte e depois é necessário limpar à volta.

Eu estou certa que todas as juntas têm demonstrado um grande empenho em colaborar também e volto a dizer a Câmara Municipal não está com isso a fugir às suas responsabilidades, muito pelo contrário, estamos todos a trabalhar em conjunto, para que isto possa ser de facto, uma batalha com sucesso. Mas, volto a dizer, não se trata aqui de dizer de quem é a culpa, trata-se aqui de fazer um apelo para todos nós termos a consciência que a questão da produção de resíduos ou de lixo, é uma responsabilidade de todos e que há regras mínimas que temos todos de aceitar e cumprir, se queremos ter um serviço eficaz, competente e garantir alguma qualidade de vida no nosso espaço público.

Nós lançamos, já agora, novos circuitos, estamos a falar de mais 3.000.000.00€ (três milhões de euros) só para esta área. Novos circuitos para recolha, reforçamos como eu disse os contratos Interadministrativos com as Juntas, temos insistido incansavelmente com a AMARSUL para que possa ser mais eficaz e mais regular também, nas recolhas que fazem, ninguém está a fugir às suas responsabilidades, mas também, precisamos de deixar claro, que a questão do lixo é uma questão que nos envolve a todos. Portanto, deixo aqui mais uma vez o meu apelo.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Dizer ao Senhor Município João Jardim, em primeiro lugar, agradecer a disponibilidade para conversarmos. Eu devo dizer que o Bairro nunca esteve esquecido, nós nunca nos esquecemos de nenhuma das duas escolas, temos estado em permanentes conversações com as autoridades militares e com o IASFA – Instituto de Ação Social Das Forças Armadas, houve uma primeira longa conversa e uma grande saga, se me permitem a expressão, relativamente à Escola Básica N.º 1 do Alfeite, temos a perfeita consciência da EB1 de que fala, que de facto disse tudo, aquilo está em terreno militar, é serventia, a Câmara Municipal já fez várias propostas e ainda bem que temos mais um elemento que é Associação de Moradores, para ver se conseguimos chegar de facto a um acordo.

Agora, por enquanto, por todas as razões que invocou, o Município por muito estranho que possa parecer, o Município só pode ir intervir se houver uma autorização formal e um acesso permanente. Porque uma coisa é ir lá um dia e fazer uma coisa, mas o que a escola precisa é não só uma reabilitação na envolvente, mas também um acesso permanente aquela escola. Portanto, isto de facto tem que ser negociado, tem que ser falado, tem que ser protocolado de alguma maneira, não sei se é um comodato porque acho difícil num terreno militar haver um comodato. Mas seja qual for o modelo, tem toda a razão, são crianças, são pais, são municípios, e nós temos todo o gosto e agradecer mais uma vez a Associação de Moradores a disponibilidade porque de facto, juntos seremos mais fortes para poder ultrapassar este impasse.

A Senhora Município Antonieta Sebastião, dar nota que já combinei aqui com a Senhora Vereadora Francisca Parreira, para irmos ver os tais lotes de terreno para perceber exatamente qual é a situação dos lotes. Já estivemos aqui a ver, há vários lotes que estão vazios e sim, se for um lote privado, o privado tem que ser notificado, há todo um procedimento que tem que ser feito, e o que peço é que também vejam a identificação exata dos lotes para percebermos imediatamente, qual é a situação desses lotes.

Sobre a iluminação pública, dar também que já foi lançado todo um concurso para substituição integral de todas as luminárias por Leds, mas que também vai acrescentar mais postos de iluminação.

Quando nós chegamos em 2017, a situação que encontramos foi zonas inteiras que eram apagadas para poupar energia ou então com luminárias muito, muito antigas e deficitárias.

Tínhamos um acordo com a E-REDES que nem sempre foi cumprido da parte deles e não da nossa, apesar da nossa insistência. Neste momento, temos de facto, já foi a reunião de Câmara, já está a correr um procedimento para podemos de facto, reformular por inteiro, se tivermos condições para isso, eu penso que é um debate para os próximos dias, reformular por inteiro, a nossa iluminação pública por uma iluminação mais eficaz, mais económica energeticamente, e sobretudo, que possa chegar a todo o lado e que o Município não ande a apagar luzes porque o equipamento está muito desatualizado, ou porque gasta de mais ou as múltiplas razões que encontramos.

A Senhora Município Aurora Almeida, quero dar nota. A Maria Rosa Colaço teve um problema na origem, e o que nós dizemos é que o que nasce torto tarde ou nunca se endireita. A Rosa Colaço foi tarde, mas felizmente, conseguimos evitar que fosse nunca. Portanto, é hoje em dia um belíssimo equipamento.

Naturalmente, ainda ontem o Centro de Saúde do Feijó, a empreitada foi lançada, e foi aprovado o seu lançamento em reunião de Câmara, e mal de nós se encontrássemos o mesmo tipo de problemas, até porque como sabemos, temos a perfeita consciência, não apenas da luta e da reivindicação das populações e que foi muito importante, mas sobretudo da total e foi isso que levamos ao anterior Governo quando foi da transferência de competências, foi no âmbito da transferência de competências que nós conseguimos impor a necessidade absoluta do novo Centro de Saúde do Feijó, graças também naturalmente, à luta de todos os moradores aqui do Feijó, sobre isso não haja dúvida, mas foi de facto graças ao processo de transferência de competências, que nós pusemos como condição, até para aceitar as competências, a construção do Centro de Saúde do Feijó.

A questão dos multibancos é uma questão mais complicada, porque de facto, não é propriamente o Município.

Há também ao nível das Juntas, há agora outros sistemas, seja ao nível de espaço cidadão, nós podemos tentar colocar alguns, agora é uma atividade também liberalizada e há operadores privados, estamos sempre um



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

bocadinho limitados ao sítio onde eles podem ser colocados e é verdade que os serviços bancários são cada vez mais online, o que prejudica muito as pessoas mais idosas e isso nós temos a perfeita consciência e agradeço.

Por fim, quero agradecer ao Senhor Município Daniel Figueiredo. Nós temos longos confrontos e confesso que quando pediu a palavra pensei: “o que é que o Daniel vai reclamar hoje?”

Só quero dar nota, as suas palavras senti-as muito e agradeço-as profundamente, porque eu sei que nem sempre estivemos de acordo, que às vezes tivemos grandes confrontos, sei que é um trabalho extraordinário que está a ser feito por todos, pelo serviço da habitação, pelas obras, pela fiscalização, foi um trabalho que foi começado de forma muito difícil pela Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira, que não citou, no início as pessoas estão impacientes para ver o trabalho, demora muitas vezes a conseguirmos trazer o trabalho e as melhorias à rua, e portanto, naturalmente, é com grande satisfação que vemos que por fim, estamos a conseguir fazer a tal requalificação que vos prometemos, com a qual nos comprometemos com todos os munícipes e que está por fim no terreno.

E deixe-me dizer, que nesse caso nem sequer estamos a falar do PRR, estamos a falar de um investimento direto do Município porque independentemente do PRR, nós acreditamos que o Município tem obrigação de reabilitar aquilo que é os seus imóveis e a habitação que é sua e não é por ser social que não tem que estar em condições.

Portanto, muito obrigada em nome de toda a equipa pelas suas palavras.”

5.3.2 – O Senhor Deputado Municipal e Presidente da Junta da União de Freguesias de Laranjeiro e Feijó, Luís Filipe Palma (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Naturalmente, permitam-me um cumprimento especial ao Clube Recreativo do Feijó, na pessoa do Senhor Presidente da Direção Marco Almeida, que aqui tão bem nos acolhe.

Muito rapidamente me focar aqui em dois aspetos.

A questão da limpeza é algo que nós sabemos que precisa de um grande investimento do Município e é isso que é trazido aqui permanentemente pelos nossos cidadãos e também por nós enquanto eleitos, e diariamente a Câmara Municipal sabe do esforço que todos nós fazemos para que as Freguesias e todas elas sem exceção, se mantenham limpas. Mas naturalmente, não nos podemos escudar naquilo que é feito pelas Juntas de Freguesia, porque as Juntas de Freguesia, apenas recolhem os monos e as aparas de jardim e fazem de facto, o tratamento e cumprem aquilo que está no compromisso com a Câmara Municipal, mais recentemente os contratos Interadministrativos, aliás, algo que já fazíamos mesmo sem recebermos essa verba. Portanto, tem que haver aqui um enorme trabalho de articulação, não podemos é ter situações como foram apresentadas aqui pelo Bairro, com insistência quer dos moradores, quer da Junta, e há um mês que estão para ser resolvidas, portanto, isso está datado e a proposta que nos dão é que há dificuldades de pessoal e de equipamento.

O que nós pedimos é que estas situações sejam ultrapassadas com a maior celeridade para bem naturalmente, dos moradores, porque são eles os primeiros a sentirem estas necessidades.

Terminava dizendo relativamente ao Centro de Saúde do Feijó, ainda bem que está em marcha, que está em andamento, é um longo processo, mas o Centro de Saúde do Feijó, deve-se sobretudo à luta das populações, também dos autarcas que na altura estavam na Junta de Freguesia e que nós sabemos muito bem que resultou de três propostas apresentadas por três partidos políticos na Assembleia da República e sabemos quem é que votou favoravelmente e quem é que ficou de fora por via da abstenção. Portanto, é preciso não esquecermos isto.

Agora, que rapidamente o Centro de Saúde do Feijó seja uma realidade, porque é uma necessidade há muito sentida pelas populações.

Senhora Presidente, diga com todos os avanços e retrocessos e alguma falta de conhecimento ainda por mais que possamos ver algumas imagens, gostaríamos de saber e deixar aqui este compromisso, este desafio à



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Senhora Presidente, vamos fazer uma sessão com a Junta e com as nossas populações para conhecermos por dentro, aquilo que será o Centro de Saúde do Feijó.”

5.3.3 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Permitam-me salientar dois pontos.

Efetivamente, é possível constatar que o problema do lixo é transversal a todo o Concelho, em todos os locais onde temos realizado as sessões, aparece a população dos mesmos, e qual é o facto determinante em todos estes pontos? Não é Juntas, é a Câmara Municipal. A Câmara Municipal é que é o fator comum em todos os locais onde se vê o lixo. Estar a dizer que parte da responsabilidade é da AMARSUL, parte da Câmara Municipal e parte das Juntas, o dominador comum é a Câmara Municipal. A Câmara Municipal é a responsável pelo estado da limpeza do nosso Concelho e estar agora a passar o ónus para a Juntas não parece muito próprio.

Relativamente à iluminação, nós também já referimos que efetivamente, a cidade está às escuras e que tem que ser rapidamente corrigido, esperemos que o processo, o concurso público de que falou, esteja a referir-se ao que vem hoje para aprovação a esta Assembleia Municipal.

Relativamente ainda ao estado das estradas, nós já referimos por várias vezes o estado em que estão passeadeiras por pintar e lombas para construir e um conjunto de sinalização para refazer, mas parece que o único foco é nas multas aos munícipes.

Relativamente à Escola EB1, nós ainda na Sessão Extraordinária sobre o Estado do Município falamos nisso, colocamos o assunto e dissemos que é impossível lá chegar, o estado em que está a escola, o acesso das pessoas efetivamente não funciona e não é digno para ninguém e isto só comprova que os munícipes concordam com a nossa opinião.”

5.3.4 – A Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Queria apenas dizer o seguinte: primeiro ninguém passa culpas a ninguém. Isso é uma expressão que eu rejeito completamente, ninguém passa culpas a ninguém.

A questão que aqui se coloca é: há situações diz o Senhor Deputado Municipal Luís Palma, há meses para os resolver, eu agradecia que me os fizesse chegar para eu os conhecer. E aquilo que eu digo sempre não é passar culpas, é dizer como a Senhora Presidente disse, que há três entidades que atuam no terreno e eu vou fazer essa contraprova nos meses que se seguem e vou tirar fotografias a tudo o que está de resíduos depositados no território e vou provar que aqueles que são da responsabilidade da Câmara Municipal são 5%, 10%, daquilo que existe. Os outros que estão ao redor, não são da responsabilidade da Câmara Municipal.

Há três entidades a limpar o território e eu vou voltar a dizer, eu vou fazer esse levantamento e vou provar que em 90% dos casos, a recolha que é aquilo que é a responsabilidade da Câmara Municipal, a recolha dos resíduos indiferenciados e orgânicos, é a única responsabilidade que a Câmara Municipal tem, não é responsável pela quantidade de resíduos que estão no terreno. Mas eu vou fazer essa contraprova e vou dar-vos conta aqui dela.”

6 - Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.

6.1 – Foram apresentados os seguintes Votos de Pesar:

6.1.1- Pelo Falecimento de José Quintela apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Luís Pedro Durão (PSD);

6.1.1.1 – O Senhor Deputado Municipal Luís Pedro Durão (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

É com profundo pesar que recebemos a notícia do falecimento de José Quintela, no passado dia 5 de dezembro. Uma figura ímpar e respeitada da comunidade desportiva de Almada, José Quintela dedicou a sua vida a



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

promover e engrandecer a patinagem artística, deixando um legado na freguesia da Charneca de Caparica e Sobreda e em toda a cidade.

Exemplo de dedicação e paixão pela modalidade, José Quintela foi o responsável pela formação de inúmeros campeões nacionais de patinagem artística, contribuindo para que muitos deles alcançassem o reconhecimento em competições internacionais.

Licenciado em Arquitetura pela Faculdade de Belas-Artes de Lisboa, José Quintela exerceu como arquiteto na Câmara Municipal de Almada durante largos anos. Para além da sua atividade profissional, destacou-se como dirigente desportivo, tendo assumido a presidência do Clube de Patinagem Artística da Charneca de Caparica (CPACC) há mais de 10 anos. Com a sua liderança, dinamizou a prática da patinagem artística no concelho e acompanhou regularmente a modalidade a nível nacional e internacional, desempenhando um papel fundamental no Clube onde era estimado por atletas, treinadores e famílias, marcando positivamente a vida de muitos jovens.

A sua dedicação foi reconhecida em junho de 2024, quando a Associação de Patinagem de Setúbal lhe prestou uma merecida homenagem pelos seus contributos à patinagem artística.

Para além do desporto, José Quintela era um amante do mar e do seu veleiro, adorava gelados e, acima de tudo, a sua família, que era o centro da sua vida.

Neste momento de consternação, enviamos os nossos mais sinceros sentimentos à família do Clube de Patinagem Artística da Charneca de Caparica, aos familiares – em especial ao Francisco e à Madalena – e a todos os amigos. Que o exemplo e a dedicação de José Quintela permaneçam na memória de todos como um tributo ao seu extraordinário contributo para a comunidade almadense.

Neste sentido, vem o Grupo Municipal do Partido Social Democrata propor que a Assembleia Municipal de Almada, expresse um voto de pesar em memória de José Quintela.”

6.1.2 – Pelo Falecimento de Ferrer Asturiano apresentado pelo Senhor Deputado João Eduardo Galdes (CDU);

6.1.2.1 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Galdes (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Ferrer Asturiano, associativista Almadense e homem de cultura, faleceu no passado dia 2 de dezembro, cedendo à doença prolongada que combateu com a coragem que transportou ao longo de uma vida, plena de empenhos sociais e intervenção cívica.

Ferrer Asturiano nasceu no Barreiro a 8 de janeiro de 1948, mas foi no concelho de Almada, onde se fixou há largos anos, que desenvolveu praticamente toda a sua atividade enquanto associativista e criador cultural.

Membro ativo de associações locais, integrou até à sua morte a Associação de Moradores dos Capuchos e a Associação Manuel da Fonseca, nesta última desenvolvendo uma regular atividade de organização de eventos e criação de espetáculos, numa postura pessoal tão relevante na criação artística, quanto discreta na visibilidade pública, a que se furta.

Artista multifacetado, fez da criação literária e das artes plásticas as suas áreas de expressão dominantes e recorrentes.

No concelho de Almada, foi autor de inúmeras letras de marchas populares – a que associa normalmente a música de João Fernando –, e foi autor de diversos textos para teatro, com forte sentido comunitário, destacando-se o texto “Na minha terra isto acontece” (O Direito ao Sonho), apresentado numa edição da Mostra de Teatro de Almada.

No desenho, vê o seu traço singular vertido em painéis de azulejos, de que se destaca o painel “Memórias do Pragal” em que retrata a zona ribeirinha da Arealva à Ponte 25 de Abril, e que está presente no coração do Pragal antigo.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Amigo do seu amigo, fez sempre da construção de coletivos criativos e participados a que se dedicou de corpo e alma, o seu modo de estar na vida associativa local.

Ferrer Asturiano foi um multiplicador de energias na intervenção comunitária, um acelerador de convergências no trabalho coletivo, um incentivador da atividade cultural junto das comunidades locais.

Homem Bom, o Homem do Povo, que ao povo deu o melhor de si até ao último dos seus dias, Ferrer Asturiano foi o mentor do Grupo “Amigos de Almada e da Música”, que, sobre o seu impulso, iniciou há pouco programa de divulgação da Música feita por artistas Almadenses, e que conta já com a realização do espetáculo de homenagem a João Fernando e do espetáculo que assinalou o regresso aos palcos de Mário Gramaço, deixando preparado o trabalho para outras jornadas de celebração e de homenagem a insignes cidadãos Almadenses.

Pelo Homem e Criador que foi toda a sua vida, pelo exemplo que nos deixa no momento do seu desaparecimento físico, pela importância cultural e social do seu trabalho e do seu exemplo, o Grupo Municipal da CDU propõe que a Assembleia Municipal de Almada expresse o mais sentido voto de pesar pelo falecimento do Insigne Cidadão Almadense Ferrer Asturiano, apresentando as mais sentidas condolências aos seus familiares, amigos e associações que integrou, na certeza de que o seu exemplo de trabalho associativo e cultural ao serviço do povo, perdurará na nossa memória e incentivará a nossa ação futura.”

6.1.3 – Pelo Falecimento de Camilo Mortágua apresentado pelo Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE);

6.1.3.1 – O Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Camilo Mortágua faleceu no passado dia 1 de novembro com 90 anos.

Figura incontornável na luta antifascista antes do 25 de Abril, o seu nome está associado à resistência e a ações intrépidas, que abalaram a ditadura de Salazar.

Esteve ligado à ocupação do paquete Santa Maria em 1961 e no sequestro um avião da TAP em Casablanca com destino a Lisboa, sobre a qual lançou 100 mil folhetos a denunciar a fraude eleitoral; em 1967 participou no assalto à filial do Banco de Portugal na Figueira da Foz, para financiar novas ações revolucionárias.

Foi fundador da LUAR. Já depois do 25 de Abril foi um dos dinamizadores da ocupação da Herdade da Torre Bela. Foi fundador da Associação Terras Dentro, em Alcáçovas, e presidente da Associação para as Universidades Rurais Europeias.

Os seus últimos anos foram vividos em Alvito, no Alentejo.

O seu percurso como resistente antifascista valeu-lhe a condecoração como Grande Oficial da Ordem da Liberdade da República Portuguesa, que lhe foi conferida pelo presidente Jorge Sampaio.

Camilo Mortágua tinha orgulho no seu percurso de luta e de ao longo da sua vida nunca se ter corrompido e será lembrado por todos aqueles que o conheceram e que partilharam com ele os seus ideais e a sua visão de uma sociedade mais humana e solidária.

Nos últimos anos da sua vida, integrou o Bloco de Esquerda.

A Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão ordinária nos dias 18, 19, e 20 de dezembro de 2024, expressa, assim, as mais sentidas condolências à família, amigos e a todos os que, de alguma forma, foram tocados pela sua vida e legado de lutador antifascista, prestando homenagem à sua memória, e ao seu papel no derrube do fascismo em Portugal.”

6.2. No debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais Nuno Alexandre Mendes (CHEGA), António Pedro Maco (PS), Ana Margarida Lourenço (PS), José António Rocha (BE), Beatriz Leal Ferreira (PSD) e ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

6.2.1 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Partido CHEGA respeita profundamente o luto da família de Camilo Mortágua. Compreendemos a dor e os sentimentos que um momento como este traz para os seus entes queridos. Contudo, é nosso dever, enquanto representantes eleitos, abordar os factos históricos com clareza e rigor.

Não podemos aceitar o branqueamento das ações de uma organização que foi considerada terrorista pela CIA, nem a reinterpretação da História de forma a escamotear atos que tiveram consequências graves. O DRIL, organização da qual Camilo Mortágua fazia parte, esteve envolvido na tomada do navio “Santa Maria”, uma operação que resultou na morte de um oficial e colocou em risco centenas de vidas. Este ato, embora apresentado como revolucionário, faz parte de um conjunto de ações que não podem ser romantizadas ou desconsideradas no seu impacto.

Reiteramos o nosso respeito pela família e pelo luto que vive, mas, por este motivo, o Partido CHEGA votará contra este voto de pesar, pois não compactuamos com qualquer tentativa de branqueamento ou reescrita dos factos históricos.”

6.2.2 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente aos três votos de pesar, o CDS-PP vai votar favoravelmente, seguindo aquilo que tem sido a sua génese não votar contra os votos de pesar, mas, informar que, relativamente ao voto de pesar e desde já apresentar aqui diretamente as condolências à Senhora Vereadora Joana Mortágua, mas desmarca-se totalmente do conteúdo do voto de pesar.”

6.2.3 – A Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Ao contrário dos dois oradores que me antecederam, o Partido Socialista subscreve obviamente, todo o conteúdo daquilo que é o voto de pesar a Camilo Mortágua, dele e de todos os lutadores antifascistas que abdicaram da sua própria vida pessoal e puseram em causa a sua vida e a sua família, para hoje podermos estar aqui livremente a tecer comentários mais ou menos coerentes, mais ou menos absurdos, sobre aquilo que foram efetivamente os factos.

Os factos são, é que, para hoje estarmos aqui nesta Assembleia Municipal de forma livre e democrática, houve muitos Camilos Mortágua que tiveram de arriscar a sua própria vida, de abdicar do seu bem-estar pessoal e da sua família. A eles o PS presta a sua óbvia homenagem não só como pessoa, mas também como cidadãos que fez muito pelo nosso país.”

6.2.4 – O Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas para dizer que nos associamos a todos os votos de pesar apresentados, endereçando naturalmente, os sentidos pêsames às famílias e amigos, e lamentar esta intervenção do Senhor Deputado Municipal do CHEGA, trazendo aqui a uma Assembleia Municipal, com eleitos graças ao 25 de Abril, vir aqui com esta sua intervenção, não só minimizar o papel de um homem que fui um grande lutador antifascista, mas sobretudo, banalizando completamente o 25 de Abril nesta sala, nesta Sessão de Assembleia Municipal.”

6.2.5 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Para dar nota que estes votos de pesar já foram apresentados e aprovados em reunião de Câmara por unanimidade, e, portanto, aqui em nome da Câmara Municipal queremos associarmo-nos todos aos votos de pesar aqui apresentados, todos eles, endereçando naturalmente, uma palavra especial à Senhora Vereadora



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Joana Mortágua de sentimentos e de condolências, por Camilo Mortágua, que todos reconhecemos como um lutador pela liberdade.”

6.2.6 – A Senhora deputada municipal Beatriz Leal Ferreira, ao abrigo da al. c) do n.º 1 do art. 37.º do Regimento da Assembleia Municipal de Almada solicitou uma interrupção dos trabalhos por um período de 10 (dez) minutos, tendo sido aceite pelo Presidente da Assembleia Municipal.

6.3 - Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum, passou-se à votação dos votos de pesar, tendo-se verificado os seguintes resultados:

6.3.1 – O voto de pesar pelo falecimento de José Quintela foi aprovado por unanimidade dos presentes, sendo que se encontravam fora da sala os Senhores Deputados Municipais Rafael Fernando Santos (CHEGA) e José Ricardo Martins (IND).

6.3.2 – O voto de pesar pelo falecimento de Ferrer Asturiano foi aprovado por unanimidade dos presentes, sendo que se encontravam fora da sala os Senhores Deputados Municipais Rafael Fernando Santos (CHEGA) e José Ricardo Martins (IND).

6.3.3 – O voto de pesar pelo falecimento de Camilo Mortágua foi aprovado por maioria com 33 votos a favor sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta da União de Freguesias que o integram, 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente de Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 da eleita do PAN e 1 do eleito do CDS-PP, 1 do eleito IND - Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica; 3 abstenções dos eleitos do Grupo Municipal do PSD e 2 votos contra dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA.

6.4 – Seguiu-se um minuto de silêncio, proposto pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

6.5 – Para apresentar declarações políticas e requerimentos usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais Maria Rita Magalhães (CDU), Joaquim Miguel Judas (CDU) e Ana Luísa Rodrigues (CDU).

6.5.1 – A Senhora Deputada Municipal Maria Rita Magalhães (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A evolução da situação internacional caracteriza-se por uma grande instabilidade e incerteza, verificando-se, em termos gerais, o seu agravamento. Uma situação que conheceu perigosos desenvolvimentos com a escalada de confrontação e guerra do imperialismo, a promoção e o avanço de concepções, projetos e forças reacionárias e fascistas, o exacerbar das tensões internacionais e as crescentes ameaças de um conflito mundial de catastróficas proporções.

O agravamento da exploração e as suas consequências na degradação das condições de vida e de trabalho dos trabalhadores e no aprofundamento dos problemas sociais que afetam a esmagadora maioria da população mundial; a instabilidade e sucessão de crises nas principais economias capitalistas; as grandes disparidades de desenvolvimento entre países; tendências demográficas diferenciadas; os movimentos migratórios; o aprofundamento dos problemas ambientais; a crescente instabilidade e tensão internacional; o drama dos refugiados; o carácter sistémico da corrupção e do crime organizado – são elementos que confirmam as insanáveis contradições do capitalismo .

O militarismo e a construção de uma “economia de guerra” são promovidos a pretexto de uma falsa ameaça permanente e instituídos por via de operações de condicionamento da vontade popular, visando conduzir à aceitação do aumento da exploração e do empobrecimento em nome de uma suposta defesa da liberdade, e esconder os reais interesses imperialistas de domínio planetário dos mercados, tecnologias, rotas comerciais e energéticas, para se apropriar de matérias-primas, recursos naturais, e conter processos de afirmação soberana e progressista dos povos.

Os EUA, com os seus aliados, avançam no militarismo e na corrida aos armamentos, instrumentalizam forças fascistas e terroristas, generalizam focos de tensão e de desestabilização, fomentam a ingerência, a agressão e a guerra, numa estratégia que representa a mais séria ameaça à paz no mundo.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Desde outubro de 2023, já são mais de 46 mil mortos na Palestina – em Gaza, mas também na Cisjordânia ocupada. Há perto de 110 mil feridos e quase dois milhões de deslocados. De acordo com a ONU, quase 70% das pessoas mortas em Gaza são mulheres e crianças. Os crimes gravíssimos cometidos por Israel em Gaza foram salientados pelo Secretário-Geral da ONU, por uma comissão de inquérito da ONU, por peritos da ONU e por numerosas organizações não governamentais.

Em setembro, uma coligação de mais de 200 organizações europeias apelou à suspensão do Acordo de Associação UE-Israel, à luz das claras violações por parte de Israel do artigo 2º do Tratado. A coligação recorda que todas as partes envolvidas têm a obrigação de tomar medidas para evitar o risco de genocídio e de respeitar as decisões do Tribunal Internacional de Justiça e as resoluções das Nações Unidas.

Perante isto, o que faz o Governo de Portugal? Recebe a Vice-Ministra dos Negócios Estrangeiros de Israel.... Pouco tempo depois de ter recusado receber a Relatora Especial das Nações Unidas para os Territórios Palestinos Ocupados, Francesca Albanese!

À situação na Europa com a guerra da Ucrânia que, como sempre afirmámos, nunca deveria ter começado e no Médio Oriente, acresce a instigação à confrontação na Ásia-Pacífico e a profusão de manobras de ingerência externa e desestabilização contra países em África, ou na América Latina e Caraíbas, nomeadamente contra Cuba e Venezuela.

A luta pela Paz é uma luta pela soberania, pela democracia e pelo futuro, uma luta que convoca todos os democratas. É verdade que o mundo está mais perigoso, instável, injusto e desigual, mas não é menos certo que a luta prossegue e que a construção da nova sociedade liberta de todas as formas de exploração e opressão se afirma como uma necessidade que, tal como se revela todos os dias, está nas mãos dos povos levar por diante.

No nosso país, e no nosso concelho, essa luta continua e mantém toda a urgência e atualidade. Começaremos 2025 com uma mensagem de paz e de exigência de fim aos massacres. No dia 18, a partir do Cais do Sodré em Lisboa, apelamos à participação de todos na Jornada “Todos juntos pela Paz!”, convocada pela CGTP – Intersindical Nacional e outras organizações.

Apelamos a todos e a todas que querem a Paz que se unam nesta grande Manifestação e afirmem que é premente:

- Pôr fim imediato ao genocídio do povo palestino e à escalada de guerra no Médio Oriente levada a cabo por Israel, e garantir a concretização dos direitos nacionais do povo palestino e a Paz nesta região.
- Pôr fim aos conflitos no Líbano, na Síria, no Sara Ocidental, no Sudão e na Ucrânia, e às suas trágicas consequências para os trabalhadores e os Povos destes países.
- Pôr fim à escalada militarista e ao aumento das despesas militares e promover o desarmamento geral, simultâneo e controlado, e a abolição das armas nucleares.
- Rejeitar que verbas para o aumento dos salários e das pensões, para assegurar e promover os direitos à saúde, à educação, à segurança social, à habitação, para a melhoria das condições de vida, sejam gastas em armamento e na guerra.
- Pôr fim aos bloqueios e às sanções que colocam em causa a soberania de países e atingem duramente as condições de vida dos trabalhadores e dos povos.
- Dar lugar à diplomacia e à solução política dos conflitos, rejeitando a ameaça ou o uso da força nas relações internacionais, e defender o respeito destes e de outros princípios da Carta das Nações Unidas e da Ata Final da Conferência de Helsínquia.
- Exigir que o Governo português não contribua para o agravamento dos conflitos e o militarismo, e cumpra os princípios da Constituição da República Portuguesa, entre outros, o direito à autodeterminação dos povos, a não ingerência nos assuntos internos dos outros Estados, a dissolução dos blocos político-militares e o estabelecimento de um sistema de segurança coletiva.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- Promover a cooperação, solidariedade e a amizade entre os povos e defender o seu direito à paz, condição essencial para o desenvolvimento, a justiça e o progresso social, para a segurança e o bem-estar da Humanidade.

Em Almada como em todo o mundo, não basta querer a Paz: é preciso agir e lutar pela Paz. Que o ano de 2025 seja um ano de ação verdadeira e empenhada, também deste município, por essa causa e por esses valores.”

6.5.2 – O Senhor Deputado Municipal Joaquim Miguel Judas (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Dentro de dias inicia-se um novo período de inverno.

Com ele chegam os estados gripais, as infeções respiratórias e todo um vasto conjunto de problemas de saúde, afetando em particular os mais vulneráveis por doenças prévias, ou insuficientes recursos para se protegerem.

A situação é recorrente, são conhecidos os seus impactos.

A aposta em medidas preventivas é fundamental.

Tudo o que está a ser feito e venha a ser feito nesse sentido só pode merecer o nosso aplauso.

Sabemos quanto é importante a vacinação. Uma atividade com profundas raízes no nosso Serviço Nacional de Saúde (SNS) e que nos distingue positivamente de outros países.

Temos vindo também a tomar crescente consciência de que à vacinação como medida de prevenção, há que acrescentar medidas que permitam mitigar a acrescida vulnerabilidade dos que por deficit nutricional, más condições de habitação, de transporte, de trabalho ou de rendimentos, são mais suscetíveis de adoecer ou ter dificuldade em aceder a tratamento precoce dos males que os afetam.

Nesse sentido a Assembleia Municipal aprovou há dois anos, por maioria, uma resolução solicitando à Câmara Municipal que efetuasse diligências junto das unidades de cuidados hospitalares e de cuidados de saúde primários do Serviço Nacional de Saúde por forma a que estas reforçassem a sua capacidade de atendimento.

Entre as medidas recomendadas estavam o reforço do pessoal em serviço no SNS e o alargamento dos horários de funcionamento das unidades de Cuidados de Saúde Primários. Estas recomendações mantêm plena validade, e continua a ser substancialmente válida e vinculativa a resolução então aprovada pela Assembleia Municipal.

A boa notícia que representa para os almadenses o passo recentemente dado no sentido da construção do Centro de Saúde do Feijó e da Costa da Caparica, não resolve o problema a que no imediato temos de dar resposta. Nessa matéria a Câmara Municipal pode contar com todo o nosso apoio para que essas duas unidades de saúde, que tanta falta nos fazem, entrem rapidamente em funcionamento.

Até lá, porém, não há como não insistir no cumprimento da resolução aprovada a 15 de setembro de 2022.

Por essa mesma razão, e também porque essa é a vontade expressa de forma esmagadora pela população da Trafaria, consideramos que tudo deve ser feito pela Câmara Municipal para que, no mais curto espaço de tempo possível, seja assegurado a atividade de uma unidade de atendimento presencial de doentes, onde seja possível realizar consultas e tratamentos de enfermagem, a funcionar nas instalações da Unidade de Saúde da Trafaria recentemente reaberta.”

6.5.1 – A Senhora Deputada Municipal Ana Luísa Rodrigues (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A luta por uma vida livre de exploração, discriminação e desigualdades é uma luta milenar do ser humano.

Mas o reconhecimento dos direitos das mulheres faz parte apenas da história recente e, em muitos casos, ainda hoje é apenas uma proclamação sem consequência concreta na vida das mulheres.



MUNICÍPIO DE ALMADA **Assembleia Municipal**

Violência doméstica e no namoro, prostituição, violência sexual, discriminação e assédio nos locais de trabalho, negação de direitos sexuais e reprodutivos são algumas das formas de violência sobre as mulheres que continuam a marcar a nossa realidade.

Elas são uma das expressões mais cruéis de uma sociedade desigual que não permite a todos os seres humanos uma realização plena.

É preciso que os direitos das mulheres estejam na lei e na realidade da vida, incluindo a igualdade no trabalho, na família e na sociedade.

Denunciar a violência contra as mulheres e exigir políticas para que ela seja erradicada são tarefas urgentes.

Eradicar a violência sobre as mulheres é um combate pela democracia.”

6.6 – Para apresentar moções, deliberações e demais votos usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais:

6.6.1 – A Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN), para apresentar uma Recomendação sobre “Prevenção da saúde feminina e apoio na menopausa”;

6.6.1.1 – A Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A menopausa é uma fase natural da vida da mulher que marca o fim do ciclo menstrual e a transição para uma nova etapa da saúde feminina. No entanto, este período pode ser acompanhado de diversos sintomas físicos e psicológicos que afetam significativamente o bem-estar das mulheres, como ondas de calor, alterações de humor, insônia, aumento de peso, entre outros. Esses sintomas podem impactar a qualidade de vida, o desempenho no trabalho, nas relações sociais e familiares, além da saúde mental.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), a menopausa é uma fase que atinge todas as mulheres, geralmente entre os 45 e 55 anos, sendo que a maioria experimenta algum tipo de desconforto durante essa transição. Além disso, a menopausa também está associada a um aumento do risco de doenças crônicas, como osteoporose e doenças cardiovasculares, que podem agravar a condição de saúde das mulheres.

É fundamental que as políticas de saúde pública integrem programas de apoio, orientação e prevenção, a fim de proporcionar um atendimento adequado e humanizado às mulheres em menopausa. A falta de informação e o estigma em torno dessa fase da vida podem gerar sentimentos de isolamento e sofrimento, dificultando a busca por ajuda e comprometendo o bem-estar das mulheres.

A implementação de programas educativos nas escolas, empresas e unidades de saúde, com foco na conscientização sobre a menopausa, suas consequências e formas de tratamento, pode ajudar a quebrar tabus e estimular um diálogo aberto sobre o tema. O município de Almada, como parte de um esforço para melhorar a saúde e a qualidade de vida das suas cidadãs, pode adotar medidas para garantir que a menopausa seja tratada de forma integral, humanizada e com o suporte adequado.

Nesse contexto, é importante que a Câmara Municipal de Almada desenvolva e implemente políticas de saúde que abordem a menopausa como uma questão de saúde da mulher, promovendo o acesso a informações, tratamentos médicos e apoio psicológico quando necessário.

Face ao exposto, vem a Representação Municipal do Partido Pessoas-Animais-Natureza propor que a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 18, 19 e 20 de dezembro delibere recomendar à Câmara Municipal de Almada:

- Realizar um diagnóstico municipal sobre a saúde das mulheres em menopausa, identificando as principais necessidades de apoio, informação e tratamento nesta fase da vida;
- Implementar campanhas de sensibilização e ações de formação para a comunidade, com foco na menopausa, abordando suas consequências físicas e psicológicas, bem como as opções de tratamento e apoio disponíveis;



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

- Incentivar a criação de grupos de apoio e acompanhamento para mulheres em menopausa, promovendo a troca de experiências e a construção de uma rede de suporte social.”

6.6.2 – O Senhor Deputado Municipal Luís Pedro Durão (PSD), para apresentar uma Moção “Pela implementação de programa municipal de literacia financeira no Concelho de Almada”;

6.6.2.1 – O Senhor Deputado Municipal Luís Pedro Durão (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O desenvolvimento económico e social de qualquer sociedade depende, em grande parte, da formação e capacitação dos seus cidadãos. No século XXI, o domínio de competências financeiras constitui um pilar essencial para o exercício de uma cidadania consciente e ativa, com o objetivo de formar uma geração financeiramente capaz e responsável, promovendo uma sociedade mais equilibrada e preparada para os desafios da economia moderna.

A literacia financeira é uma competência indispensável para a vida quotidiana e para um crescimento económico sustentável. A gestão responsável de recursos financeiros, a compreensão de conceitos como poupança, crédito e investimento, bem como a capacidade de planeamento financeiro, são elementos cruciais para a estabilidade económica, tanto individual como coletiva.

A falta de literacia financeira pode levar ao endividamento excessivo, ao risco de pobreza e à exclusão social. Estes problemas refletem-se diretamente na economia local e nacional, com impactos negativos nos padrões de vida e nas condições sociais da população.

De acordo com a OCDE, Portugal apresenta níveis de literacia financeira abaixo da média europeia. Apenas 26% dos portugueses demonstram um entendimento básico sobre gestão financeira. Este dado torna-se ainda mais preocupante quando analisamos as faixas etárias mais jovens. Um estudo recente da Fundação Gulbenkian indica que mais de 50% dos jovens entre os 15 e os 24 anos não compreendem conceitos financeiros essenciais, como taxas de juro ou encargos financeiros. Esta lacuna torna-os vulneráveis a decisões financeiras erradas e a ciclos de dependência económica.

Vários países têm implementado programas de literacia financeira com resultados positivos. No Reino Unido, por exemplo, a literacia financeira foi integrada nos currículos escolares em 2014, abrangendo todos os alunos do ensino básico e secundário. Esta iniciativa tem mostrado resultados significativos, com jovens mais conscientes sobre a importância do planeamento financeiro e da poupança. Em Espanha, o programa de educação financeira, apoiado pelo Banco de Espanha e pela Comissão Nacional do Mercado de Valores, também tem obtido bons resultados, fomentando desde cedo uma cultura de responsabilidade financeira.

Em Portugal, iniciativas locais como a do Município do Porto destacam-se pela sua relevância. Este município implementou, recentemente, programas de literacia financeira que têm ajudado os jovens a adquirir competências práticas sobre gestão financeira, aumentando a sua capacidade de tomar decisões informadas.

A educação financeira é uma ferramenta crucial para a promoção da autonomia financeira. Jovens com conhecimentos sólidos nesta área tendem a fazer escolhas mais informadas, evitando o sobre endividamento. Adicionalmente, a criação de programas municipais de literacia financeira pode ser o primeiro passo para futuros empreendedores, incentivando-os a investir de forma consciente e a contribuir para o dinamismo da economia local. Assim, investir na educação financeira é investir no futuro de Almada, promovendo uma comunidade mais estável e resiliente do ponto de vista económico.

Neste sentido, o Grupo Municipal do Partido Social-Democrata propõe que a Assembleia Municipal de Almada adote as seguintes medidas:

- Recomendar à Câmara Municipal de Almada a implementação de um Programa Municipal de Literacia Financeira, sob a tutela do Pelouro da Juventude, destinado a jovens entre os 14 e os 25 anos, com o objetivo de proporcionar uma formação contínua e progressiva nesta área. O programa deverá incidir nos seguintes temas principais:



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

- Conceitos financeiros básicos: introdução a noções essenciais como poupança, crédito e o valor do dinheiro, destacando a sua importância para uma gestão financeira pessoal e familiar equilibrada;
- Gestão do orçamento pessoal: planeamento de receitas e despesas, com explicação de conceitos financeiros (ex. taxas de juro, spread, entre outros), promovendo decisões informadas e responsáveis.
- Planeamento financeiro: capacitação para criar estratégias de poupança, compreender diferentes tipos de investimento e estabelecer objetivos financeiros sustentáveis a curto, médio e longo prazo.
- Gestão de finanças e responsabilidades fiscais: formação sobre a utilização eficiente de contas bancárias e a compreensão dos diferentes tipos de crédito, incluindo crédito à habitação, acesso a linhas de crédito empresarial e recursos públicos, como subsídios e incentivos fiscais. Além disso, introdução às obrigações fiscais, como a declaração de impostos, destacando o impacto destas práticas na estabilidade financeira individual e no bem-estar social.
- Princípios fundamentais de empreendedorismo: promoção de competências para a criação e gestão de negócios sustentáveis, integrando conhecimentos sobre financiamento público e privado, gestão de risco e inovação, com o objetivo de estimular o crescimento económico local e nacional.
- Fomentar parcerias entre o município e entidades financeiras, associações e organizações especializadas em educação financeira, visando a criação de programas de formação, workshops e materiais didáticos.
- Estabelecer uma colaboração eficaz com o Ministério da Educação para alinhar as iniciativas do programa municipal com os conteúdos curriculares existentes, reforçando a educação financeira de forma sistemática e integrada.
- Estabelecer um plano de monitorização e avaliação para medir os resultados do programa, ajustando e aperfeiçoando os conteúdos, metodologias e alcance das iniciativas de literacia financeira, de modo a maximizar o impacto e garantir a sua eficácia."

6.6.3 – O Senhor Deputado Municipal Daniel Teixeira da Silva (PS), para apresentar uma Saudação a “Telma Alexandra Pinto Monteiro”;

6.6.3.1 – O Senhor Deputado Municipal Daniel Teixeira da Silva (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Após 24 anos de competição ao mais alto nível, a atleta mais medalhada do judo nacional colocou um ponto final na sua carreira competitiva, assumindo o papel de coordenadora desta modalidade no Sport Lisboa e Benfica.

Telma Alexandra Pinto Monteiro, atleta Almadense, começou a dar os primeiros passos no judo a partir dos 14 anos de idade – por influência da sua irmã – depois de passagens pelo atletismo e pelo futebol.

Foi no Centro Cultural e Desportivo Construções Norte Sul, no Feijó, que Telma Monteiro começou a sua formação enquanto judoca. O sucesso foi imediato, como atesta a medalha de prata que obteve no campeonato nacional de esperanças, a primeira competição oficial em que participou.

No ano seguinte, sagrou-se campeã nacional de juniores e, em 2003, obteve a sua primeira medalha em provas internacionais com a conquista da medalha de bronze, em Sarajevo, durante os europeus de juniores, assim como o seu primeiro título de campeã nacional de seniores.

Em 2004, estreou-se nos Jogos Olímpicos.

Ao longo da sua carreira foi seis vezes campeã da Europa, quatro vezes vice-campeã Mundial, medalha de bronze no Mundial em 2005, e conquistou a medalha de bronze nos Jogos Olímpicos de 2016, no Rio de Janeiro, na categoria -57kg.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Foi ainda escolhida para ser porta-estandarte da Comitativa Nacional nos Jogos Olímpicos de 2012, em Londres, porta-estandarte da Comitativa Nacional na cerimónia de encerramento dos Jogos Olímpicos de 2016, e cerimónia de encerramento dos Jogos Europeus de Baku, em 2015.

Considerando a sua extraordinária carreira, foi agraciada em 2004, pelo Município de Almada, com a Medalha de Ouro de Mérito Desportivo.

Em 2012, foi agraciada com o grau de Oficial da Ordem do Mérito e, em 2016, elevada ao grau de Comendadora da mesma ordem honorífica.

A judoca Telma Monteiro tornou-se em 2019 a segunda judoca mais medalhada a nível mundial.

Já em 2022, aquando da realização do primeiro “Grand Prix” em judo em Portugal, no Complexo Municipal dos Desportos “Cidade de Almada”, foi novamente homenageada pelo Município.

Pelo acima exposto e por muito mais, Telma Monteiro é uma inspiração e um exemplo para todos os almadenses, pela sua dedicação, empenho, profissionalismo e garra, demonstrativos da grandeza do seu trabalho ao longo de toda a carreira no judo, modalidade que adotou para a vida.

Assim, o Grupo Municipal do Partido Socialista propõe que a Assembleia Municipal de Almada expresse um voto de saudação à atleta Telma Monteiro.”

6.6.4 – O Senhor Deputado Municipal Sérgio Faria Bastos (PS), para apresentar uma Saudação ao “Centenário de Mário Soares”;

6.6.4.1 – O Senhor Deputado Municipal Sérgio Faria Bastos (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Mário Soares nasceu em 7 de dezembro de 1924, celebrando-se, por estes dias, o Centenário do seu nascimento. Sendo relevante afirmar que Mário Soares, ao longo dos cerca de setenta anos em que se dedicou à intervenção política, esteve sempre do lado certo da História, mais signficante é poder dizer que Mário Soares faz parte da História.

Na década de 40 do século passado aderiu ao PCP e ao MUD, assumindo um intenso combate político contra a ditadura Salazarista. Esta atividade valeu-lhe, entre 1946 e 1968, conhecer as prisões da ditadura, passando pelo Aljube e por Caxias, tendo sido alvo, por exemplo, da tortura do sono, vítima que foi da ação da tristemente célebre PIDE, polícia política do regime Salazarista. Em 1968 foi deportado para São Tomé e Príncipe e daí partirá, em 1970, para o exílio em Paris, a partir de onde estabeleceu contactos com os grandes líderes políticos Europeus, protagonistas da social-democracia, da democracia cristã e do socialismo democrático. Em 1973, em Bad Münstereifel, na Alemanha, fundou o Partido Socialista, como instrumento de afirmação da Democracia e da Liberdade, contribuindo para a promoção da rutura do sistema político então implantado em Portugal.

Com a Revolução dos Cravos, em 25 de Abril de 1974, volta a Portugal onde fará parte, em todos os momentos relevantes, nomeadamente no ano de 1975, do processo de afirmação e de defesa da Democracia e da Liberdade e da Justiça Social, contribuindo como Primeiro Ministro, mais tarde como Presidente da República, como Deputado Europeu, como Cidadão, para a construção de um País novo, através, por exemplo, da implementação da Serviço Nacional de Saúde, da Escola Pública e da resposta de Apoio Social, entre outras, das quais se destaca, igualmente, a adesão à Comunidade Económica Europeia, concretizada em 1986.

“Sempre Livre como um pássaro”, gostava de dizer. Na verdade, essa sua sempre afirmada e defendida Liberdade e Democracia é o que permite hoje, sobretudo àqueles que gostam de evocar Mário Soares pelo que consideram menos positivo na sua ação política, tantas vezes descontextualizando a ação coerente, fazerem-no, pese embora o facto de muitas vezes se apresentarem saudosos de tempos tristes e cinzentos da História de Portugal do século passado, em que contrariar o regime era sinónimo de prisão e tortura.

A Assembleia Municipal de Almada saúda o Homem e o Cidadão Mário Soares neste momento em que se celebra o Centenário do seu nascimento, por toda a sua história, por tudo o que fez por Portugal na defesa da Liberdade



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

e da Democracia. Que o seu legado permaneça sempre vivo e, tal como nos ensinou, possamos nós ter a responsabilidade de o defender, afirmar e continuar o seu caminho para um país e um mundo mais livre, mais justo, mais solidário.”

6.6.5 – A Senhora Deputada Municipal Marta Cortez Santos (PS), para apresentar uma Saudação ao “Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres (25 de novembro)”;

6.6.5.1 – A Senhora Deputada Municipal Marta Cortez Santos (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres (25 de novembro) foi criado pelas Nações Unidas em 1999, com o objetivo de chamar à atenção dos Governos, Instituições e Sociedade em geral para as diversas formas de violência contra as Mulheres - agressões físicas, psicológicas, sexuais, sociais, laborais, de género.

A violência de género é uma das mais graves violações dos Direitos Humanos, que é necessário e urgente continuar a combater, através de um movimento alargado de mulheres e homens, de cidadãos e cidadãs.

Uma vida livre de violência é um direito fundamental e inalienável, consagrado pelos Direitos Humanos Internacionais e pela Constituição da República Portuguesa.

O Dia dos Direitos Humanos, que também saudamos, é celebrado, anualmente, no dia 10 de dezembro, com o intuito de promover a defesa dos Direitos Humanos por todo o mundo, independentemente da raça, cor, religião, género, língua, opinião política, origem nacional, ou social.

Até novembro 2024, a CIG (Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género) e o Observatório das Mulheres Assassinadas, da UMAR, identificaram 25 mulheres assassinadas em Portugal, das quais 20 foram femicídios, algumas em presença de filhos/ filhas.

Os dados sobre a violência no namoro são também preocupantes, pois ressalta nos inquéritos que para muitos jovens o controlo do parceiro não é considerado um comportamento violento e que violência sexual não é violência no namoro.

Relembrar, que a violência doméstica é um crime público, o que significa que o procedimento criminal não está dependente da apresentação de uma queixa, formal ou informal, por parte da vítima, sendo apenas necessário haver uma denúncia, ou o conhecimento do crime, para que o Ministério Público promova o processo.

No cumprimento da Constituição e da Lei de Bases do Sistema Educativo, de ter uma escola que forma cidadãos, é fundamental que estes temas sejam abordados, sendo que crianças e jovens têm direito à informação e à formação, para que possam fazer escolhas informadas, também ao nível de quebrar os ciclos de violência.

A violência pode ser ativa, passiva, verbal ou agida, psicológica ou física. Trata-se de um problema de poder, de uma relação entre força e fragilidade. O que está em causa na violência doméstica não é só a agressão e os efeitos devastadores e definitivos que têm na vítima, mas também a perda de amor próprio, liberdade, dignidade e livre-arbítrio.

Se os agressores não forem travados a tempo, podem ficar agressores a vida toda. As vítimas podem também nunca mais deixar de o ser.

A defesa dos direitos humanos e da integridade de cada um exige a nossa mobilização. Ninguém está dispensado deste combate e desta intervenção.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida nos dias 18, 19 e 20 de dezembro de 2024, saúda o importante trabalho das associações, movimentos, serviços sociais do estado e das autarquias às atividades de apoio às mulheres vítimas de violência doméstica e ações visando a erradicação da discriminação e violência na sociedade portuguesa e no mundo.”



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

6.6.6 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Celestino Pereira (BE); para apresentar uma Moção “Dia Internacional das Pessoas com Deficiência”;

6.6.6.1 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Celestino Pereira (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Todos os anos, assinala-se a 3 de dezembro, o Dia Internacional das Pessoas com Deficiência.

Proclamado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1992, com a intenção de ser um dia de mobilização social e política para a garantia da efetividade dos direitos das pessoas com deficiência em todas as esferas da sociedade e para o tanto que há que fazer para derrubar barreiras físicas, legais e culturais para que assim possa ser.

Este ano o lema é – “Soluções transformadoras para o desenvolvimento inclusivo: o papel da inovação na promoção de um mundo acessível e equitativo”.

É preciso criar condições para que todas as pessoas tenham um acesso equitativo aos cuidados de saúde, educação, emprego, ao bem-estar, às condições de vida e proteção social e entre outros.

O relatório “Pessoas com Deficiência em Portugal - indicadores de direitos humanos 2021” conclui que “a taxa de risco de pobreza ou exclusão social em agregados de pessoas com deficiência (16-64 anos), era ainda 11,7 p.p. superior ao dos agregados da população em geral na mesma faixa etária (28,5% vs. 16,8%)”.

Os dados apresentados neste relatório revelam que os agregados de mulheres com deficiência (26,8%) e os agregados de pessoas com deficiência grave (31,5%) são os grupos que enfrentam maior risco de pobreza ou exclusão social.

Segundo os dados do estudo “Deficiência e Covid-19 em Portugal” promovido pelo Observatório da Deficiência e Direitos Humanos, em 2020, as pessoas com deficiência indicaram que “os apoios e serviços foram retomados apenas parcialmente ou continuam suspensos:

Centros de Atividades Ocupacionais (46,2%), fisioterapia (56,7%), terapia da fala (46,8%), terapia ocupacional (62,3%), consultas médicas (52,8%) e cuidados de enfermagem (45,3%).”

No que diz respeito, à educação existe um aumento do abandono escolar - “taxa de abandono escolar precoce nos alunos e alunas com deficiência com idades entre os 18 e os 24 anos em Portugal muito superior à média dos alunos sem deficiência em Portugal (+9,5 p.p.; 12,4%).” e no concurso de acesso ao ensino superior em 2021 foram colocadas apenas 364 pessoas através das vagas do contingente especial para estudantes com deficiência, preenchendo menos de um terço das vagas disponíveis.

As pessoas inquiridas apontaram também um agravamento do seu estado de saúde desde do início da pandemia - “51% dos e das inquiridas com deficiência referiram que, desde o início da pandemia, se têm sentido mais tristes ou deprimidos/as do que habitualmente; 58,4% responderam sentir-se mais ansiosos/as do que habitualmente, e 39,3% reportaram maiores dificuldades em dormir”.

Esta data é um dia de conscientização sobre a deficiência e dos direitos que ainda estão por se afirmar para as pessoas com deficiência.

As barreiras e dificuldades que as pessoas com deficiência enfrentam devem ser erradicadas através das políticas públicas que visam o reconhecimento e a prática de direitos diferenciados para estas pessoas.

A vida independente e a autodeterminação são as principais reivindicações das pessoas com deficiência.

Os ativistas, nacionais e internacionais, alertam para a necessidade de uma radical alteração das condições sociais, ambientais, económicas e políticas que sustentam as práticas discriminatórias de que as pessoas com deficiência são alvo.

Uma sociedade progressista, equitativa e emancipadora valoriza igualmente todos os cidadãos e cidadãs, procurando a inclusão de pessoas com deficiência em todas as áreas da vida.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Muito temos a fazer, a nível municipal, é preciso continuar a adotar medidas que eliminem os obstáculos que subsistem e reiterar os compromissos para que este dia seja assinalado de forma digna e adequada como forma de reconhecimento de todas as pessoas.

Assim propomos que a assembleia municipal de Almada reunida nos dias 18, 19 e 20 de dezembro delibere:

1. Saudar a celebração do Dia Internacional das Pessoas com Deficiência;
2. Saudar as organizações de Pessoas com Deficiência que lutam pela criação de políticas para a deficiência e pelo seu cumprimento com base nos direitos humanos;
3. recomendar câmara municipal de Almada que assuma o compromisso de garantir, promover e implementar os direitos fundamentais das pessoas com deficiência, fomentando o combate às múltiplas discriminações;
4. Reafirmar o seu compromisso de assumir o reconhecimento e a garantia dos direitos das pessoas com deficiência como uma responsabilidade fundamental na cidade de Almada."

6.6.7 – A Senhora Deputada Municipal Inês Pezarat Bom (BE); para apresentar uma Saudação ao "Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra as Mulheres";

6.6.7.1 – A Senhora Deputada Municipal Inês Pezarat Bom (BE):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Dia 25 de Novembro, assinalou-se mais um dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres, uma data crucial para refletirmos e agirmos contra uma das mais graves violações dos direitos humanos.

Este dia é também um momento de reconhecimento pela contínua mobilização e empenho das organizações e movimentos que com as Marchas, que nos últimos anos assinalaram o dia, e que incansavelmente promovem a igualdade de género e lutam por uma sociedade livre de violência e discriminação.

Os dados mais recentes continuam a ser alarmantes e exigem uma ação coletiva. Em 2024, Portugal continua a deparar-se com elevados índices de violência contra as mulheres.

Desde o início do ano, em contexto de violência doméstica, em média, mais de duas mulheres são mortas, por mês (até 15 de novembro, houve 25 mulheres assassinadas). No final de 2023, os registos incluíam 30323 casos de violência doméstica, e nos primeiros trimestres de 2024, as ocorrências reportadas à PSP e GNR ascendiam já a 23032, demonstrando, relativamente ao primeiro trimestre deste ano, um aumento de 12,49% no segundo trimestre um aumento de 22,33% no terceiro trimestre.

Entre os casos reportados, destacam-se agressões físicas, psicológicas, sexuais e económicas. Apesar, do reforço nas medidas de apoio, incluindo o acolhimento de 1419 vítimas pela Rede Nacional de Apoio e a aplicação de 1134 medidas de coação a agressores, o desafio persiste.

A luta pela eliminação da violência de género não está isolada. É inseparável de questões como igualdade laboral e salarial, acesso a habitação, educação inclusiva e justiça efetiva para as vítimas. Além disso, dados preocupantes revelam que 63% dos jovens em relacionamentos são vítimas de algum tipo de violência, com 68,1% a legitimar comportamentos abusivos.

Uma em cada 8 meninas ou mulheres, no mundo, foram vítimas de violação ou abuso sexual na infância, i.e., cerca de 370 milhões, e dessas, 120 milhões são raparigas que, com menos de 20 anos, viveram algum tipo de experiência sexual forçada. Mais uma vez, registaram-se 223 casos de Mutilação Genital Feminina em 2023, o que perfaz um aumento de 17,57%, relativamente aos dados de 2022.

Entre outubro de 2022 e Setembro de 2023, a maioria das 321 pessoas trans que se sabe terem sido assassinadas no mundo, são mulheres negras.

O investimento na sensibilização das novas gerações é urgente. Reiteramos a importância de continuar a sensibilizar, denunciar e agir. A todas as vítimas, reforçamos que não estão sozinhas e que serviços como a Linha de Apoio à Vítima estão disponíveis para oferecer apoio gratuito e confidencial.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Almada deve continuamente comprometer-se com a tarefa de promover e reforçar todas as políticas públicas de prevenção e apoio às vítimas da violência doméstica.

Que este dia inspire políticas mais eficazes, maior sensibilização social e uma cultura de tolerância zero à violência contra meninas e mulheres, condição sem a qual não haverá nunca uma sociedade justa e igualitária, o que, infelizmente, vimos repetindo a cada ano, lembrando que os direitos das mulheres são direitos humanos.

- A Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária nos dias 18,19 e 20 de dezembro de 2024, delibera recomendar à Câmara Municipal de Almada:

- Saudar todas as iniciativas convocadas que assinalem este dia, prestando homenagem a todas as mulheres vítimas de violência doméstica.

- Reafirmar o compromisso com a construção de um futuro onde a violência contra as mulheres seja definitivamente superada, e onde a igualdade de gênero seja um princípio fundamental em todas as esferas da sociedade.”

6.6.8 – O Senhor Deputado Municipal Luís Filipe Palma (CDU); para apresentar uma Moção sobre “Obras no IC20, planeamento e escassez de informação”.

6.6.8.1 – O Senhor Deputado Municipal Luís Filipe Palma (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

As obras de alargamento do IC 20, uma intervenção contestada por amplos setores da população almadense desde o seu início, não apenas pelas dúvidas que esta obra em si causou e causa, mas também pela falta de informação sobre todo o processo de planeamento, execução, metodologia e prazos, tem sido motivo de crescente e manifesto desagrado dos muitos milhares de almadenses que por ali se deslocam diariamente.

Estas obras têm vindo a tornar ainda mais difícil aquilo que é já uma enorme dificuldade permanente, o acesso à Ponte 25 de Abril, que é agora, face às obras em curso, ainda mais condicionado pelas alterações constantes de percursos e respetivos desvios, movimentações de máquinas e encerramento de acessos em períodos de maior intensidade de tráfego.

Quando em setembro de 2023 foi anunciada, em reunião da Câmara Municipal de Almada, a obra de alargamento do IC20 de três para quatro vias em cada sentido, e tendo a obra iniciado em outubro do mesmo ano, o mês de maio de 2025 foi indicado como a data de previsível conclusão da obra. Sabemos, por informação vinda a público, que a conclusão da obra terá um horizonte temporal mais alargado, o que suscita ainda mais interrogações relativamente ao seu adequado planeamento.

Além dessa realidade, sabemos igualmente que esta obra constitui uma oportunidade perdida para introduzir e salvaguardar, numa visão de futuro, as mais adequadas alterações nos acessos viários, nos corredores para transportes públicos e vias clicáveis e pedonais, que transformassem esta via estruturante do concelho de Almada numa referência de intervenção na rede de acessibilidades de obra pública, onde as diferentes perspetivas dos utentes, fossem eles utilizadores do transporte individual ou do transporte coletivo ou mesmo de outros meios de mobilidade, pudessem sentir-se incluídas, e correspondidas as suas necessidades de melhoria na qualidade no uso desta via.

Considerando a incompreensível escassez de informação e transparência relativamente a este processo de intervenção no IC20, que não sendo uma competência direta da Câmara Municipal de Almada, decorre no território do Município de Almada e não pode deixar de ser enquadrada pela dimensão dos instrumentos de gestão territorial vigentes, exigindo, por isso, que o Município seja parte ativa neste processo, particularmente no que respeita à garantia do direito dos cidadãos a uma informação permanente e atualizada sobre o curso das obras, o seu planeamento e respetivos prazos de execução, numa intervenção que assume enorme dimensão nesta infraestrutura rodoviária estruturante do Concelho de Almada.

O Grupo Municipal da CDU, propõe que a Assembleia Municipal de Almada delibere:



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

1 - Solicitar à Câmara Municipal informação detalhada sobre as diligências e participação da Câmara Municipal de Almada no desenvolvimento de todo este processo, designadamente quanto às diferentes fases de planeamento, metodologias de intervenção e prazos de execução.

2 - Recomendar à Câmara Municipal de Almada que desenvolva um processo de informação permanente aos cidadãos, pelos meios próprios ou por exigência junto do dono da obra, no terreno e pelos diferentes meios de comunicação, sobre o desenvolvimento das diversas fases de planeamento, metodologia de intervenção e prazos de execução da obra.”

6.7 – No debate sobre os documentos apresentados usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais Ana Margarida Lourenço (PS), Nuno Alexandre Mendes (CHEGA), João Eduardo Geraldes (CDU), Luís Pedro Durão (PSD), José António Rocha (BE), Luís Filipe Palma (CDU) e ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

6.7.1 – A Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Grupo Municipal do Partido Socialista irá votar favoravelmente a maioria dos documentos aqui apresentados.

Relativamente à proposta apresentada pela representação municipal do PAN, esta questão é uma questão efetivamente que deve ter uma maior atenção, não só pelo Município, mas por todas as entidades competentes, e como todos sabemos foi criado recentemente, o Conselho Municipal de Saúde, órgão esse consultivo da Câmara Municipal que, agrega diversas entidades que têm competência própria sobre esta matéria, e, portanto, aquilo que nós gostaríamos de propor ao PAN, era que acrescentasse na parte deliberativa onde diz: “delibere recomendar à Câmara Municipal de Almada:” que acrescente: “delibere recomendar à Câmara Municipal de Almada, que submeta ao Conselho Municipal de Saúde, um projeto que vise:” e depois manter toda a parte deliberativa.

Julgamos que estes órgãos consultivos que são bastante importantes para aquilo que é a definição das políticas públicas, devem ser respeitados e não é por acaso que eles existem e devemos também nós fazer o nosso caminho.

E também, por esse motivo, pelo facto de existirem no Município órgãos consultivos, para determinadas áreas, nomeadamente, para a área da juventude, nós iremos votar contra a proposta de moção apresentada pelo PSD por um simples motivo.

O Conselho Municipal de Juventude, como todos sabem, é um Conselho Municipal que tem representadas as várias associações juvenis do Concelho, as juventudes partidárias, os próprios partidos através dos membros da própria Assembleia Municipal, e que muito recentemente aprovou por unanimidade, os jovens do nosso Concelho aprovaram por unanimidade, o Plano Municipal de Juventude, o qual inclui já formação nesta área. Portanto, entendemos que é certamente alguma desatenção por parte do PSD, que inclusivamente esteve presente através da sua juventude partidária nesta reunião que aprovou este plano, que prevê já esta formação e, portanto, esta moção é obviamente, extemporânea.

Relativamente à moção apresentada pela CDU, relativamente às obras do IC20. Algumas questões que gostaríamos aqui de colocar.

A dada altura, na moção, e o Senhor Presidente Luís Palma, referiu que sabem por informação vinda a público que a conclusão da obra terá um horizonte temporal mais alargado. Nós sabemos exatamente o contrário. Aquilo que nós sabemos é que a obra está a cumprir aquilo que é o calendário previsto. Portanto, não sei o que é que veio a público e a informação que a CDU tem, mas é contrária à informação que o PS tem e é muito importante que isto fique aqui registado. Porque é importante nestas matérias, termos a informação correta.

Em segundo lugar, há aqui uma questão também bastante importante que tem a ver com a parte deliberativa.

O Grupo Municipal da CDU, pede que a Assembleia Municipal delibere no seu ponto 1, a solicitação de informação à Câmara Municipal. Qualquer partido pode através de um requerimento solicitar à Câmara



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Municipal a informação que entender, aliás, é feito com bastante regularidade e a Câmara Municipal responde nos prazos previstos, sempre que possível, e aliás, o Senhor Presidente da Mesa, sempre no início de cada reunião, diz exatamente quais é que foram os requerimentos que deram entrada e aqueles que tiveram resposta. Acharmos que isto é obviamente, um requerimento que a CDU poderá fazer, não tem que ser a Assembleia Municipal, a deliberar pedir à Câmara Municipal a informação.

Relativamente ao segundo ponto, nós concordamos que nesta questão e quando é uma obra estruturante e que tem consequências na mobilidade de grande parte do Concelho, que é bastante importante que a informação seja eficaz e seja fluida. Mas há uma coisa que é muito importante dizer, a Câmara Municipal de Almada, até hoje, já publicou mais de cinquenta comunicados sobre as obras do IC20, desde o início da obra. A Câmara Municipal de Almada está a fazer tudo o que está ao seu alcance para que a população esteja informada dos constrangimentos no trânsito que é causado por esta obra e que vai mudando obviamente, de sítio para sítio.

Portanto, isto não significa que o dono de obra, na nossa opinião, esse sim, também tenha responsabilidades de ter obviamente, de ter informação e divulgação atempada, nomeadamente, naquilo que é a sinalização na própria via.

Portanto, nós iremos votar favoravelmente este ponto, não obstante, de ter plena consciência que a Câmara Municipal de Almada, apesar de não ter responsabilidade desta obra, esta obra está a ser feita porque a concessão do IC20 assim o exige, e foi por isso que a obra foi iniciada e está a decorrer, é uma coisa que é absolutamente externa aquilo que é a ação da Câmara Municipal. Aliás, este executivo nem sequer era poder quando esse contrato de concessão foi feito, e, portanto, a Câmara Municipal tem estado a fazer tudo o que está ao seu alcance, não obstante consideramos que a informação é muito importante para todos os municípios e que esta moção se aprovada, deve ser efetivamente, dada comunicação ao dono de obra no caso à IP – Infraestruturas de Portugal.”

6.7.2 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente aos documentos apresentados, iremos votar a favor de algumas das propostas aqui apresentadas, começando por nos associarmos à saudação à Telma Monteiro. O seu espírito guerreiro personifica o carácter resiliente e lutador de todos os almadenses.

Vamos também votar favoravelmente nas duas propostas de eliminação da violência contra as mulheres, recordando que foi o CHEGA que, na Assembleia da República, apresentou propostas concretas para o agravamento das molduras penais destes crimes.

Vamos nos associar à celebração do Dia Internacional das Pessoas com Deficiência, uma data que nos relembra a necessidade de inclusão e o apoio contínuo a todos os cidadãos.

Nas comissões desta mesma Assembleia Municipal, temos solicitado reuniões com os órgãos do executivo, com o objetivo de aferir o estado das infraestruturas camarárias no nosso Concelho. Relembramos que o trabalho de um eleito não se limita à apresentação de propostas, mas também a fiscalizar e garantir que os municípios, sem exceção, são acompanhados e não esquecidos.

Relativamente ao voto de saudação ao Centenário de Mário Soares, não contará com o nosso apoio, e deixamos clara a nossa posição:

Mário Soares foi uma figura central na política portuguesa, desempenhando um papel determinante em momentos cruciais da nossa democracia. Foi, politicamente, uma figura-chave no 25 de novembro de 1975, data em que a vitória dos democratas preservou a liberdade em Portugal. Além disso, foi um dos principais impulsionadores da integração de Portugal na Comunidade Económica Europeia (CEE), tendo assinado, enquanto Primeiro-Ministro, o Tratado de Adesão em 1985.

Contudo, não podemos ignorar os aspetos controversos da sua figura. Como referiu o líder do CHEGA, André Ventura, Mário Soares foi também “cúmplice e ativista de um sistema de ‘donos disto tudo’ que se iniciou à sua



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

sombra e que perdurou durante décadas”. Este sistema de corrupção, clientelismo e favorecimento, fomentado durante os anos do seu domínio político, consolidou o controlo do Partido Socialista sobre o aparelho do Estado, criando uma teia de interesses que ainda hoje penaliza o país.

Além disso, a sua vida ficou marcada por uma frase – cuja veracidade ainda hoje se discute – que sugere que os portugueses em África deveriam ser “atirados aos tubarões”. Verdadeira ou não, esta frase simboliza a realidade cruel da descolonização, onde milhares de portugueses, brancos e negros, foram abandonados à sua sorte sem apoio nem proteção, enfrentando um destino incerto e trágico.

Portanto, apesar das contribuições inegáveis de Mário Soares para a democracia e para a integração europeia, não podemos ignorar as suas omissões e decisões políticas. A figura de Mário Soares, com as suas virtudes e falhas, deve ser analisada com um olhar crítico e objetivo, sem cair na tentação de uma glorificação cega. A História é feita por seres humanos, com feitos e falhas, e é nossa responsabilidade examinar ambos os lados com rigor e imparcialidade.”

6.7.3 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Gerales (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Para alguma informação sobre a posição que o Grupo Municipal da CDU irá adotar relativamente a alguns dos documentos que estão em debate.

Relativamente ao documento apresentado pelo PAN, sendo entendíveis as preocupações expressas neste texto, porque é um problema real da vida de todas as mulheres, a verdade é que o conteúdo desta recomendação extrapassa largamente as competências municipais.

Que o Município colabore em ações concretas de informação e sensibilização sobre o problema da menopausa, designadamente no seio do Serviço Nacional de Saúde, completamente de acordo.

Agora, que o Município seja o motor dessas iniciativas, parece-me manifestamente enganador. Porque o Município não tem envergadura para lidar com um problema de todas as mulheres em determinado período da sua vida, com implicações graves ao nível físico e psicológico das mulheres.

Dai o voto de abstenção da CDU.

Relativamente ao documento apresentado pelo PSD sobre literacia financeira no Concelho de Almada, o PSD em vez de mostrar preocupação com os baixos salários e pensões, com os exorbitantes juros das rendas de habitação, com os inomináveis custos da justiça para os pobres, com o permanente aumento especulativo dos preços dos bens essenciais, ou ainda com a precaridade laboral cada vez mais uma realidade nas relações laborais no nosso país, o PSD preocupa-se com a alegada falta de literacia financeira dos almadenses.

Que é como quem diz, numa lógica puramente liberal, a culpa por viverem mal é vossa, porque são uns ignorantes e incultos quanto à gestão dos vossos próprios recursos financeiros. Esquecendo, ou fazendo esquecer, para a grande maioria dos almadenses a questão não é saber gerir os recursos financeiros e outros, o problema é não dispor simplesmente de recursos financeiros e outros para gerir.

A Câmara Municipal de Almada, todo o Município de Almada, tem naturalmente e obviamente, muitas outras prioridades e muito mais importantes e urgentes, do que a preocupação com a literacia financeira dos almadenses. Que deve aliás, ser matéria de aprendizagem nos programas do Ensino Secundário e na vida familiar.

Não obstante, a CDU irá abster-se na votação deste documento.

Finalmente, sobre a saudação à Telma Alexandra Pinto Monteiro, proposta pelo Partido Socialista, a CDU vai votar favoravelmente este documento, mas quer apenas lamentar, que o texto do PS se tenha esquecido um voto do bom e frutuoso trabalho nas novas funções que a atleta irá desempenhar num futuro próximo. Teria sido justo e adequado, pelo que a CDU aqui expressa esse voto de maior êxito na nova etapa na vida, que a enorme atleta que é a Telma Monteiro agora inicia.”



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

6.7.4 – O Senhor Deputado Municipal Luís Pedro Durão (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O PSD informa que vai votar a favor de todas as moções.

Apenas um pequeno comentário, a moção que o PSD apresenta é muito mais ampla, foi a própria JSD que preparou esta moção. Portanto, considero que é muito mais amplo que uma simples formação.

Falando de esquecimentos, tenho pena que o PS hoje assuma que vote contra, mas que ontem, em Assembleia de Freguesia na Charneca de Caparica, tenha votado a favor desta moção e mesmo agora, na Assembleia de Freguesia de Almada, também tenha votado a favor.

Portanto, é alguma incoerência da bancada do PS que nós registamos e acho que os almadenses todos registam.”

6.7.5 – O Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente aos documentos apresentados, expressar aqui o nosso sentido de voto.

Iremos votar favoravelmente todas as moções à exceção da moção do PSD onde iremos abstermo-nos.

E queremos no tempo que nos resta neste Período de Antes da ordem do Dia, expressar a nossa preocupação quanto ao uso dos meios de comunicação da Câmara Municipal de Almada, para a divulgação de propaganda política do Partido Socialista.

Apesar das críticas de alguns Deputados Municipais na última Assembleia Municipal, que alertaram para o uso indevido e abusivo do Boletim Municipal como ferramenta de autopromoção, a situação persiste.

A Senhora Presidente Inês de Medeiros, continua a ser destaque em grandes fotografias, ocupando cerca de um terço das páginas do Boletim Informativo, sendo este um espaço que deveria ser destinado a informações relevantes, aspetos pedagógicos, à promoção dos momentos culturais e históricos, e em geral a usos mais construtivos ao invés de ser utilizado para propaganda partidária e autopromoção.

Completamente indiferente às críticas legítimas, feitas pelos Deputados Municipais na última Assembleia Municipal, hoje, quarta-feira, a Senhora Presidente, recorre às redes sociais para vincular discursos de propaganda eleitoralista. Se a memória não me falha, nunca havíamos assistido a algo semelhante nesta Câmara Municipal.

O Bloco de Esquerda vem reiterar a sua firme oposição ao uso indevido de recursos municipais para promover em exclusividade os interesses do Partido Socialista, os meios do Município devem ser utilizados para benefício da população e não como canais de propaganda eleitoral exclusiva do Partido no poder.”

6.7.6 – O Senhor Deputado Municipal Luís Filipe Palma (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente à informação que a Senhora Deputada Municipal Margarida Lourenço tem e que é contrária à que nós temos, é a prova realmente, que de facto, a informação tem que ser esclarecida. Portanto, se há várias informações a decorrer é porque esse esclarecimento não está a ser devidamente prestado.

Depois, naturalmente, podem fazer muitos comunicados, mas se a informação não for simples e eficaz, não é por acaso que, com tanta abrangência de pessoas que ali circulam e certamente não serão pessoas incapazes para perceber, e se calhar a informação tem que ser mesmo mais eficaz.

Senhora Deputada, nós sabemos que podemos fazer requerimentos, e estamos de acordo, e diz muito bem, nos prazos previstos.”



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

6.7.7 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Quero só dar nota, pela leitura que o Senhor Presidente fez no início desta Sessão, tanto quanto eu saiba só estamos em falta com um requerimento que foi apresentado pelo PSD. Portanto, os requerimentos são respondidos nos prazos previstos. Neste caso há uma matéria muito específica e quase jurídica que nós estamos a pedir para ser respondida para poder responder às questões colocadas pelo PSD. Portanto, não consta que a CDU tenha ficado sem qualquer resposta.

Em relação à intervenção do Senhor Deputado Municipal José Rocha, eu nem sequer vou responder, deixo apenas um desafio, onde é que está a campanha eleitoral? Agora, eu devo dizer que, acho que é uma vez por ano, penso eu, tem havido uma grande entrevista minha, enquanto Presidente da Câmara Municipal, parece-me que é razoável. Nunca causou nenhum tipo de burburinho, nunca. Agora, eu bem sei que para o ano há eleições, tanto que já está tudo num modo eleitoral, nós até já fazemos a prestação de contas com antecedência para que não haja nenhum tipo de confusão. Se querem já antecipar a campanha vamos a ela, não tenho problema nenhum, mas não é o caso neste momento.

Por outro lado, o vídeo em causa, eu desafio alguém que diga que o que lá está dito não consta do orçamento que vai ser debatido amanhã.”

6.7.8 – A Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu registei a intervenção do Senhor Deputado Municipal do PSD, na qual referiu “incoerência”. Registei com agrado e acho que vamos ter mais dois dias para falar do significado da palavra “incoerência”.

Em todo o caso, é importante que se diga uma coisa, eu aceito e acho legítimo que a JSD faça um texto para ser apresentado pelos Deputados Municipais do PSD, na Assembleia Municipal. Mas acho que aí o PSD também deveria ter o papel de fazer alguma literacia das instituições e dos órgãos municipais, para lhes explicar que teria sido mais benéfico terem feito essa apresentação no Conselho Municipal de Juventude, exatamente, para que sejam os jovens a decidir aquilo que são as políticas para os jovens. Nós defendemos aquilo que é a participação dos cidadãos, dos jovens, naquilo que são as políticas públicas, e quantos mais instrumentos existirem para isso melhor. Não achamos que deva ser a Assembleia a definir aquilo que deve ou não ser a política para os jovens. E o PSD e a JSD, como todos os partidos e todas as associações juvenis, neste Concelho, atualmente, têm a possibilidade de definir aquilo que são as políticas para eles mesmos. E é isso que nós defendemos. Portanto, achamos que era mais benéfico poderem ter este tipo de formação junto da vossa juventude partidária e não trazer aqui este documento, mas obviamente, cada um traz aquilo que quer e de incoerência teremos mais tempo para falar.”

6.7.9 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Presidente, só para dar uma palavra sobre o livrinho que foi distribuído a todos/as os/as Senhores/as Deputados/as Municipais.

É mais uma etapa do grande projeto do Agroparque que tanto nos orgulha. Este é um livrinho de receitas, que foi construído com alguns dos agricultores e também com alguns chefes que convidamos a participar connosco, é tudo produtos da Costa da Caparica, seja do mar, seja da terra, portanto, é um primeiro passo neste lançamento desta marca que é produtos das Terras da Costa e mar. Acabou de sair, ainda cheira à máquina.

Mas queria, no entanto, agradecer naturalmente, a todos os participantes, todos os permitiram mais esta etapa, isto é apenas um primeiro passo, espero que daqui a uns tempos, não seja só este número de receitas que já de si são muito inspiradoras, mas que se vão acumulando e isso é um bom sinal, quer dizer que as terras agrícolas da Costa da Caparica darão uma variedade cada vez maior de produtos produzidos de forma naturalmente, equilibrada e sustentada.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Portanto, um grande obrigado a todos os que participaram neste livro, é um grande gosto que temos, como sempre acontece, distribuir por todos/as os/as Senhores/as Deputados/as em primeiríssima mão e naturalmente, é só um pequeno exemplo do trabalho que está a ser feito e que queremos prosseguir.”

6.7.10 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA);

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Presidente, já falamos algumas vezes em Conferência de Representantes, na revisão do Regimento, se calhar devíamos propor aqui uma alteração ao Regimento da Assembleia Municipal, porque o PS já disse que o CHEGA não pode apresentar moções sobre rotundas porque não era o âmbito, os jovens agora não podem vir para a Assembleia Municipal, mas qual é o conjunto de assuntos que a bancada do PS decide ou não decide que podem ser discutidos nesta casa? Agora o PSD é que decide quais são os temas que são abordados aqui? Quais são os temas que são trazidos, quais são os temas que as bancadas municipais defendem? É que já é a segunda ou terceira vez, que em sessões contínuas, que o PS se levanta com uma atitude sobranceira a dizer que não se pode falar disso, não se pode propor isto. Mas isto é uma casa autónoma e a Assembleia Municipal em que os Deputados Municipais são autónomos para apresentarem o que querem ou temos que dar alguma satisfação ao PS sobre aquilo que apresentamos?”

6.7.11 – Usou ainda da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal para esclarecimentos ao Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA).

6.7.11.1 – O Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Dizer o seguinte já que foi mencionado o Regimento da Assembleia Municipal: os/as Senhores/as Deputados/as Municipais de cada bancada, têm obviamente, o direito de votar a favor, contra ou abster-se relativamente aos documentos apresentados. Até o momento e até porque o Presidente desta Assembleia Municipal também foi eleito pelo PS e é Deputado Municipal do PS, quer dizer que até ao momento não houve nenhum documento que não tenha podido ser apresentado, discutido e votado nesta Assembleia Municipal.

Essa é a parte que diz respeito ao Regimento e ao funcionamento da Assembleia Municipal.

A outra parte, sobre aquilo que cada bancada entende que deve ser votado a favor, contra ou com abstenção, isso faz parte do debate político e cada bancada é livre de o afirmar, sendo naturalmente, também legítimo, quer outra bancada diga que, uma bancada vota sistematicamente contra ou a favor, isso faz parte do debate político e não entro nessa questão. Agora, sobre o Regimento e funcionamento da Assembleia Municipal, para que não haja dúvidas e também para os nossos munícipes presentes e os que nos seguem online, penso que está esclarecido.”

6.7.12 – A Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS);

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Registo que a bancada do CHEGA se levantou em defesa do PSD, é um registo importante de se ter também aqui nesta Assembleia Municipal, e como eu referi na minha intervenção, toda a gente é livre de apresentar aquilo que deve apresentar, e todos os partidos também são livres de expressar a sua opinião e de achar o que é que no nosso ponto de vista deve ou não vir à Assembleia Municipal, não significa que os partidos não o possam fazer e fazem como o Senhor Presidente da Mesa bem disse. Agora não esteja a tentar retirar da minha intervenção aquilo que eu não disse, porque eu não disse nada disso. Eu deixei bem claro, que o Partido Socialista entende que esta matéria deve ser decidida noutro órgão, no caso no Conselho Municipal de Juventude, porque é assim que nós defendemos a política participativa.”

6.7.13 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA);

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

O partido CHEGA, tradicionalmente, já votou a favor de propostas da CDU, do Bloco de Esquerda, do PS, do PSD, ou do CDS-PP, do PAN, de todos os partidos representados. Nós não discriminamos, nós não criamos ideias e conceitos de exclusão, nós defendemos a população almadense. E nós defendemos o que queremos trazer a esta Assembleia Municipal, e não é o PS, pelos anos de experiência que tem, e como dos partidos que mais apregoa a defesa da liberdade, que devia de ter um pouco de peso na consciência nessa defesa da liberdade e não tente condicionar os adversários políticos. Porque somos adversários, temos direito à nossa opinião e temos direito de trazer a esta casa o que pretendemos, em defesa dos almadenses. E é o que nós fazemos. Nós não excluimos nenhuma proposta de nenhum grupo municipal, desde que seja bom para uma pessoa específica, para os almadenses. É quem nós defendemos e é esse o nosso princípio.”

6.8 – Não havendo mais pedidos de palavra e após verificação do quórum, procedeu-se à votação dos documentos apresentados, tendo-se registado as seguintes votações:

6.8.1 – A Recomendação “Prevenção da saúde feminina e apoio na menopausa”, foi aprovada por maioria com 27 votos a favor sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta da União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal CHEGA, 1 da eleita do PAN e 1 do eleito do CDS-PP, 1 do eleito IND - Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica e 11 abstenções dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente de Junta da União de Freguesias que o integra.

6.8.2 – A Moção “Pela implementação de programa municipal de literacia financeira no Concelho de Almada”, foi rejeitada por maioria com 17 votos contra sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta da União de Freguesias que o integram, 1 do eleito IND - Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica; 14 abstenções sendo 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente de Junta da União de Freguesias que o integra e 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE; 7 votos a favor sendo 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da eleita do PAN e 1 do eleito do CDS-PP.

6.8.3 – O Voto de Saudação a “Telma Alexandra Pinto Monteiro”, foi aprovada por unanimidade.

6.8.4 – A Saudação ao “Centenário de Mário Soares”, foi aprovada por maioria com 25 votos a favor sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta da União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 da eleita do PAN e 1 do eleito do CDS-PP, 1 do eleito IND - Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica; 11 abstenções dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente de Junta da União de Freguesias que o integra e 2 votos contra dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA.

6.8.5 – A Saudação ao “Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres (25 de novembro)”, foi aprovada por Unanimidade.

6.8.6 – A Moção sobre “O Dia Internacional das Pessoas com Deficiência”, foi aprovado por unanimidade.

6.8.7 – A Saudação ao “Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres (25 de novembro)”, foi aprovada por unanimidade.

6.8.8 – A Moção sobre “Obras no IC20, planeamento e escassez de informação” foi votada por pontos, tendo-se verificado os seguintes resultados:

6.8.8.1 – Os Considerandos e o ponto 2 foram aprovados por unanimidade.

6.8.8.2 – O ponto 1 foi aprovado por maioria com 22 votos a favor sendo 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente de Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da eleita do PAN, 1 do eleito do CDS-PP, 1 do eleito IND - Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica e 16 votos contra dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta da União de Freguesias que o integram.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

7 – Foi declarado aberto o Período da Ordem do Dia.

7.1 – Entrou-se no ponto 3.1 da ordem de trabalhos, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Proposta de dissolução e liquidação da Associação “Agência Municipal de Energia de Almada” e início de processo de adesão à S-Energia”;

7.1.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal;

7.1.1.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Este é um processo longo, por vezes doloroso, mas que estamos em crer que começa agora uma nova etapa, para a qual devo dizer, estamos bastante entusiasmados, não só a Câmara Municipal, mas como todos aqueles que eram e são ainda, embora já numa fase de transição os associados da AGENEAL.

Como sabem, a AGENEAL é uma Agência Municipal de Energia de Almada, que foi constituída em 1999. Na altura, foi naturalmente, percussora aliás, de muitas das outras associações do género, fazendo um trabalho relevante e importante até naquilo que eram os inícios destas candidaturas, às vezes muito complexas até ao nível europeu.

Acontece, que tem um grupo importante de associados da qual nos orgulhamos muito, a começar pela Faculdade de Ciências e Tecnologias, mas também a FERTAGUS, também o Metro Sul do Tejo, também uma série de empresa privadas como a SOVENA, o Instituto Português da Qualidade, a Transtejo, a OZ Energia, a AMARSUL, o Madan Parque e a E-REDES, e têm aliás convosco a listagem.

Acontece que, na forma como a AGENEAL foi criada, a verdade é que nenhum destes associados nunca contribuiu com quotas, nunca pagou quotas apesar de estar estatutariamente previsto, portanto, os estatutos nunca foram plenamente cumpridos, e o que colocou a AGENEAL numa situação de grande fragilidade e de clara irregularidade, a partir do momento em que houve uma alteração legislativa, penso que 2012, sei que foi na altura do Governo de Passos Coelho, houve uma alteração legislativa grande, relativamente a tudo o que eram empresas municipais e que se aplicam às agências municipais.

Desde que chegamos temos tentado de todas as formas, compensar e corrigir essa desconformidade com a legislação em vigor. E o que é que diz a legislação? Diz, pura e simplesmente, que neste tipo de agências municipais ou de empresa municipais, as entidades públicas, a Câmara Municipal, não pode ter uma participação maioritária, portanto, até 49%. O que manifestamente não era o caso na AGENEAL.

Isto foi um processo longo, temos vindo a falar com todos os associados e neste momento conseguimos ir construindo outro projeto que começa a ser entusiasmante, que é em conjunto com algumas congéneres e neste caso com a S.Energia, que é uma Agência que reúne o Barreiro, Moita, Montijo e Alcochete, também propusemos naturalmente, à Agência do Seixal, mas que tem uma situação ligeiramente diferente, mas ainda no outro dia falei com o Senhor Presidente da Câmara Municipal do Seixal, para voltar a insistir nisso e a ideia é criar uma grande Agência Municipal de Energia, face aos novos desafios que temos, uma grande Agência do Arco Ribeirinho Sul, até pela sua continuidade geográfica.

Essa proposta foi aceite por todos os associados com bastante entusiasmo, começamos num primeiro momento a trabalhar na possibilidade de uma fusão das duas agências, rapidamente nos apercebemos que o modelo de fusão do ponto de vista económico financeiro, não seria aceite pelo Tribunal de Contas que é quem decide sobre essas matérias, e portanto, chegamos à conclusão que a forma mais fácil e mais simples, de trabalhar nesta nova Agência, é o fim da AGENEAL, a adesão do Município e ficamos muito felizes por perceber que alguns dos associados que ainda não fazem parte da S.Energia, a maior parte deles já faz, mas que, os associados que ainda não fazem parte, estão disponíveis para manter esta pareceria e este trabalho conjunto.

Esta Agência é particularmente importante, porquê? Porque numa altura em que se fala muito de comunidades de energia, cada vez mais na necessidade de reformularmos o nosso espaço e a forma como produzimos e consumimos energia, estas agências podem ter um papel fundamental se tiverem escala. No caso do Seixal, o



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

que também nos foi dito a certa altura, é que a Agência do Seixal gere aquele campo de painéis fotovoltaicos que existe no Seixal e, portanto, tem aqui uma situação financeira diferente. Mas, eu penso que não será impeditivo o Seixal também poder de qualquer maneira, depois fazer parte deste projeto comum, até para uma questão de coerência geográfica junto ao Arco Ribeirinho Sul.

A dissolução é aprovada em Assembleia Geral, já houve uma primeira Assembleia Geral para se dar início a este processo. Para se poder prosseguir é preciso que a Câmara Municipal esteja legitimada não apenas pela Câmara Municipal, mas pela Assembleia Municipal, e por isso é que vos trazemos aqui os termos legais para decretar da dissolução, sendo que em simultâneo já entregamos, já fizemos uma declaração de interesse de adesão à S.Energia, para depois começarmos a trabalhar nos estatutos da nova Agência, porquê também aqui temos que alterar os seus estatutos, que para todos os efeitos terá também que ir a Tribunal de Contas e terá que ser aceite como tal.

Quero, no entanto, dizer que, a situação dos trabalhadores da AGENEAL, tem vindo a ser resolvida ao longo dos anos, neste momento já não há qualquer caso, os trabalhadores que ainda ficaram entraram no Município, e, portanto, está totalmente salvaguardado todos os seus direitos e até para não haver perda de rendimentos.

É verdade que a AGENEAL trabalhava de forma muito estreita com os serviços municipais, e nesse sentido a legislação em vigor que diz: se trabalha exclusivamente para o Município, se o Município tem uma posição predominante, significa que a Agência não faz sentido e que deve ser incorporado na estrutura municipal, de alguma maneira é isso que tem vindo a acontecer.

Dito isto, achamos sim, que se ganhar dimensão, se ganhar território, se ganhar escala, estas agências podem voltar a fazer sentido, o que aconteceu, esta transformação que está a ocorrer, não é uma novidade, nomeadamente, como confirmamos junto de um dos nossos parceiros, que representa todas essas agências e que naturalmente, também já faz parte da S.Energia e que vamos conseguir manter as mesmas parecerias.

A pareceria que a S. Energia não tinha, algumas delas são algumas das empresas privadas, e, portanto, que estão na beira do Arco Ribeirinho que nos parece muito importante continuarem, e outro parceiro de peso que é também é também com satisfação que vemos seguir no projeto, é naturalmente, a Faculdade de Ciências e Tecnologia, que estava só na AGENEAL e não estava nas outras agências congéneres."

7.1.2 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por maioria, com 24 votos a favor, sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta da União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 da eleita do PAN, 1 do eleito do CDS-PP; 12 abstenções sendo 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente de Junta da União de Freguesias de Laranjeiro Feijó que o integra e do eleito do Grupo Municipal do CHEGA, (sendo que se encontravam fora da sala os Senhores Deputados Municipais Rafael Fernando Santos (CHEGA) e José Ricardo Martins (IND)) através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada aprova a dissolução e subsequente liquidação da Associação "Agência Municipal de Energia de Almada", nos termos da alínea n), do nº 1, do artigo 25º, do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e nos termos da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, aprova o início dos trabalhos preparatórios da participação do Município de Almada na associação S. Energia, nos precisos termos da deliberação camarária de 25 de novembro, que aprovou a proposta nº 2024-604-GP.

8 – Tendo atingido a hora regimental de termo da reunião, sendo cerca das 00H30, deu-se por concluída a Primeira Reunião da Sessão Ordinária de dezembro da Assembleia Municipal, prosseguindo o cumprimento da agenda na Segunda Reunião, prevista para 19 de dezembro de 2024, pelas 21H15.

9 – A terminar os trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal expressou um agradecimento ao Clube Recreativo do Feijó, pelo acolhimento e cedência da sala onde se realizou esta sessão.



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

10 – Foi verificada a presença na Reunião, da Senhora Presidente da Câmara Municipal, os/as Senhores/as Vereadores/as Maria Teodolinda Silveira (PS), José Pedro Ribeiro (PS), Filipe Alexandre Pacheco (PS), Francisca Baptista Parreira (PS), Nuno Filipe Matias (PSD), António Sousa Matos (CDU), José Luís Matos (CDU), Helena Manuela Azinheira (CDU), Mara Rita Silva Martins (CDU) e Joana Rodrigues Mortágua (BE).

11 – Foi verificada a presença de cerca de trinta munícipes. A sessão foi transmitida em streaming tendo sido objeto de tradução, em língua gestual portuguesa

12 – Por ser verdade se elaborou a presente Ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE _____ *Paulo Viegas*

O 1.º SECRETÁRIO (em substituição) _____ *Paulo Viegas*

A 2.ª SECRETÁRIA _____ *Mara Rita Silva Martins*